

#### 4.6. IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DAS BARRAGENS

Abaixo pontuaremos, alguns problemas derivados dos barramentos construídos ao longo do São Francisco, duas constatações são bastante evidentes: a primeira refere-se ao fato de que a dimensão social tem apresentado desafios enormes ao governo, haja vista que, o respeito às pessoas, em certo sentido, significa a não realização de algumas obras com dimensões de grandes impactos socioambientais, como é o caso da construção das hidroelétricas e do projeto da transposição. Ao contrário dessa dimensão, como podemos observar no PAC/2007, a ordem governamental é fazê-las.

Sobre a ameaça aos direitos dos povos indígenas e do desrespeito à convenção 169 da OIT, o que dizer se o governo Lula é o maior invasor das nossas terras? (CACIQUE NEGUINHO TRUKÁ, 2008).

A segunda é que, apesar das experiências vividas em todo o Brasil, as drásticas conseqüências oriundas dos barramentos, a exemplo da expulsão compulsória de milhares de pessoas de seus espaços em vários lugares do País, em particular no Rio São Francisco, não tem sensibilizado parcela significativa da sociedade brasileira. Prova disso são os vários projetos de construção de novas barragens ao longo do São Francisco e em outros rios, como o Madeira.

A pesquisadora Lúgia Sigaud, do Museu Nacional, tem denunciado os impactos socioambientais causados por hidroelétricas há décadas, em especial, os danos causados às populações afetadas com o Lago de Sobradinho. Uma de suas reflexões, trabalhadas na oficina Desenvolvimento e Impactos Ambientais no Vale do São Francisco, no IV Congresso Nordestino de Ecologia, realizado em Recife em 1991, evidencia bem esta questão:

Na região de Sobradinho, o patrimônio das terras que foi acumulado na borda do lago é imenso, com a distribuição dos lagos efetuada pela Chesf, a maioria dos trabalhadores está nos sequeiros. A maior parte da população que foi afetada com a construção da barragem foi impedida de ter acesso à borda do lago. Um dos problemas mais graves é a dificuldade do setor elétrico em acumular experiências. Não há esse interesse e o que aconteceu com Sobradinho não serviu para subsidiar as ações em outras barragens. A cada empreendimento se começa do zero. Se houvesse uma pressão por parte da sociedade não seria assim.

Abaixo tabela com os impactos socioambientais ocasionados pelas barragens às populações do São Francisco, identificadas em pesquisa realizada entre 2003 e

2005, em algumas cidades do Velho Chico: Petrolândia, Rodelas, Barra do Tarrachil, Itacuruba, Remanso e Glória.

**TABELA 13: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DAS UHE DO SÃO FRANCISCO**

FATOR AMBIENTAL	IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS
Situação demográfica	1. Transferência compulsória da população afetada (cerca de 150 mil pessoas) 2. Êxodo rural e inchaço urbano 3. Problemas habitacionais durante a fase de construção dos acampamentos 4. Dificuldades de adaptação nos novos espaços urbanos e rurais
Aspectos Sociais e Culturais	5. Desestruturação das redes de relações sociais 6. Desarticulação dos elementos/atividades culturais 7. Surgimento de situação de apreensão e insegurança 8. Dispersão dos povos e comunidades tradicionais (povos indígenas, comunidades quilombolas, pescadores artesanais, vazanteiros, etc) 9. Intervenção na realização de muitas manifestações culturais
Núcleos Populacionais	10. Inundação de Áreas Urbanas e Rurais 11. Planejamento Urbanístico Inadequado 12. Quebra e desestruturação de pólos de abastecimento e comercialização 13. Inviabilização de acesso a bens/recursos naturais e serviços locais
Atividades Econômicas	14. Expropriação efetiva das terras 15. Perda dos espaços familiares de produção: fruteiras, plantações, matas que alimentam o criatório de animais 16. Desorganização das atividades agrícolas e pesqueiras 17. Perda de áreas agrícolas com conseqüente decréscimo da produção de alimentos e outros produtos agropecuários 18. Aumento da taxa de Desemprego rural 19. Rupturas das famílias agricultores/pescadoras com os modos de produção 20. Desativação das roças
Saúde Pública	21. Surgimento de focos de moléstias diversas 22. Acidentes com a população local e com pessoal alocado nas obras 23. Mortalidade acentuada em populações de idosos 24. Sobrecarga de rede médico-hospitalar 25. Dificuldades no acesso aos serviços de saúde 26. Surgimento de doenças gastrintestinais provenientes de modificações na água
Educação, Recreação e Lazer	27. Demanda maior que a oferta de escolas, centros de recreação e lazer 28. Modificações nas atividades de lazer e recreação (quebra de relações com o Rio, a Rua, a Praça)
Patrimônio Cultural, Histórico, Arqueológico e Paisagístico	29. Perda de registro sobre a introdução da mão de obra escrava e o avanço da pecuária no Alto Sertão, Ruínas de Jesuítas e Franciscanos 30. Desaparecimento de fósseis de uma floresta de coníferas 31. Perda de mais de 200 sítios arqueológicos de caçadores e coletores pré-históricos (de aproximadamente 10 mil anos atrás, com gravuras e pinturas rupestres) 32. Desaparecimento de prédios com valor cultural e histórico 33. Pouca ou, em algumas comunidades ribeirinhas, nenhuma relação das comunidades e povos tradicionais do Sub-Médio São Francisco com os achados arqueológicos
Meio Natural	34. Desaparecimento de espécies endêmicas ou ameaçadas de extinção 35. Proliferação de plantas exóticas aquáticas 36. Interrupção na migração da ictiofauna e de sua conseqüente reprodução 37. Alteração na composição da fauna e flora aquática e das regiões ciliares 38. Destruição da biodiversidade 39. Alteração da qualidade da água 40. Modificações Climáticas e contribuição para o aquecimento global 41. Sismicidade induzida 42. Inundação de Jazidas minerais e áreas férteis 43. Processo erosivo nas margens (80% das matas ciliares destruídas) 44. Modificações nas condições de navegabilidade 45. Menor armazenamento de água no sistema solo-vegetação (THEODOMIRO, 1990) 46. Possível diminuição da precipitação pluviométrica (THEODOMIRO, 1990) 47. Emissão de gases estufa (CO <sub>2</sub> e Metano) 48. Destruição das cachoeiras 49. Intenso desmatamento em áreas de reassentamentos 50. Diminuição da vazão ecológica 51. Alteração na cunha salina 52. Modificações no estuário 53. Redução da fertilização das lagoas marginais 54. Aparecimento de algas tóxicas

FONTE 1 Pesquisa de Campo 2003-2005 (MARQUES, 2005)

#### 4.7. IMPACTOS NO CAMPO SIMBÓLICO

Uma das mais interessantes análises das conseqüências das barragens no campo simbólico das populações ribeirinhas é feita por Arruti (1996) em sua dissertação de mestrado intitulada “O Reencantamento do Mundo: Trama Histórica e Arranjos Territoriais Pankararu”, do Museu Nacional - UFRJ. Percebe-se a partir desta pesquisa que os “encantamentos” de “índios vivos” que geraram os atuais Encantados<sup>25</sup>, envolviam as extintas cachoeiras de Paulo Afonso e de Itaparica.

<sup>25</sup> Forças espirituais cultuadas pelos povos indígenas do São Francisco.

Algumas narrativas contam que o surgimento dos Encantados e dos próprios Pankararu deve-se ao encantamento de toda uma população de índios, uma “tropa”, que teria se jogado na cachoeira de Paulo Afonso. Eram esses Encantados que passaram a habitar a cachoeira e que tinham origem em todas as “nações” antigas, que se comunicavam por meio do estrondo das águas, prevendo desgraças, mortes ou mesmo novos encantamentos. Depois desse encantamento coletivo, que dá origem à própria aldeia, pensada enquanto unidade espiritual, outros índios, depois de serem anunciados e de passarem pela devida preparação, podiam continuar se encantando: *‘veja só, as linhas dos encantos das águas são as cachoeiras. Se elas estão sendo destruídas, como vai ficar agora?’* (CACIQUE CÍCERO TUMBALALÁ, 2008).



Figura 83: Culto aos Encantados dos Indígenas Pankararé (MARQUES, 2007).

Ainda, segundo Arruti (1996) o dilema mais dramático, do ponto de vista da identidade étnica para os Pankararu, é o fato de todo esse sistema estar ameaçado em sua reprodução. Depois de terem assistido a sua morada nas cachoeiras de Paulo Afonso serem destruídas pela construção das barragens, os Encantados migraram para a cachoeira de Itaparica, também inundada com a barragem, acontecendo novamente uma nova destruição de sua morada. Extintas as cachoeiras, os Pankararu, e muitas outras etnias do São Francisco, estão limitados ao panteão de Encantados já existente e àquele universo dos que ainda podem vir a se manifestar. Isso, no entanto, é considerado insuficiente para continuar contemplando a sua expansão demográfica. Hoje os Pankararu estão no trabalho de descobrirem um novo “segredo”. Segundo João de Páscoa, veterano e guardião da tradição Pankararu:

A cachoeira era um lugar sagrado onde nós ouvíamos gritos de índio, cantoria de índio, berros, gritos. O encanto acabou porque o governo quer assim, né... [...] Olha, essa cachoeira, quando ela zoava, estava perto dela chover ou de um índio viajar. E a cachoeira não zuiu mais, chove quando quer... Acabou-se o encanto dela. Então esse era todo o lugar sagrado que a gente pediu pra preservar, mas... É a força maior combatendo a menor... Era uma grande cachoeira, de um grande rio, que a gente ouvia os cantos, das tribos indígenas, vários cantos de tribos indígenas cantando junto que nem numa festa. Mas hoje em dia não se vê mais nada... Aquele encanto acabou (In ARRUTI, 1996).

Como avaliar impactos socioambientais no campo simbólico quando o pragmatismo e racionalidade das nações consumistas e desenvolvimentistas ignoram, absolutamente, a dimensão espiritual/afetiva dos cálculos, das trocas, das recompensas financeiras? Como quantificar e negociar algo dessa dimensão? Não justificamos que a destruição da dimensão simbólica seja incluída nos cálculos das compensações ambientais, ao contrário, que sirvam de condicionante para a inviabilização de obras dessa natureza que interferem nos processos identitários e territoriais desses grupos.

#### **4.8. AS LICENÇAS AMBIENTAIS DA CHESF**

Como podemos analisar no corpo deste trabalho, a forma como foram feitas algumas barragens ao longo do São Francisco não dimensionou os impactos socioambientais advindos dessas construções, haja vista, não haver na época, mecanismos legais de controle e fiscalização. Segundo o Gerente do Departamento de Meio Ambiente - DMA da CHESF, Francisco Lira (2006):

Antes de 1988, não havia exigência legal para o licenciamento ambiental de obras como essas. A partir de então, os empreendimentos novos só foram liberados com autorização dos órgãos ambientais. Posteriormente, a lei obrigou que as antigas usinas também buscassem adequação (FOLHA SERTANEJA, Fev/2006).

A solicitação das licenças ambientais das usinas hidroelétricas construídas pela CHESF foram requeridas desde 1999 ao IBAMA, órgão responsável, que exigiu para esta liberação estudos dos impactos nas áreas de abrangências dos empreendimentos, nos aspectos voltados para o meio biótico, abiótico e, sobretudo, social.

As licenças nº 509/2005 e 510/2005, que incluem cinco usinas: Luiz Gonzaga - PE, Moxotó - AL e Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso - BA, foram liberadas após estes estudos e, depois de serem definidas as “Condições de Validade da Licença de Operação”, conhecidas como “Condicionantes Ambientais”, entre as quais: programa de comunicação, educação e saúde ambiental; programa para identificar processos erosivos em torno do reservatório de Paulo Afonso; inventário do ecossistema aquático dos reservatórios; plano de revitalização e organização das áreas de visitação do complexo e o mapeamento de todo o reassentamento de Itaparica, bem como a situação sócio-econômica dos reassentados.



Figura 84: Barragem do Complexo Paulo Afonso (GOOGLE EARTH, 2008).

É importante salientar que os processos de construção desses condicionantes não escutaram as demandas de um número significativo de populações ribeirinhas do São Francisco, nem tão pouco foi produto de um processo amplo de discussão e análise dos impactos socioambientais ocasionados pelos barramentos. Em 2010 o IBAMA só renovará as licenças caso essas condicionantes tenham sido cumpridas.

Em síntese podemos afirmar que as barragens estão “legais”, mas o povo não está “legal”. É paradoxal que, em 2007, estejamos assistindo a uma das maiores destruições de sítios rupestres do Nordeste no entorno do complexo hidrelétrico de Paulo Afonso, margem do São Francisco, onde está uma das “sedes<sup>26</sup>” da CHESF. Hoje, a duras penas e, após constatarmos que mais de 50% sítios já foram destruídos, com a intervenção de vários órgãos estaduais, federais e da sociedade civil organizada, destacando-se a atuação do Ministério Público Federal, está se desenhando uma possível solução para esta problemática.

<sup>26</sup> Outra grande contradição da empresa CHESF é que a sede oficial da mesma seja em Recife.

#### 4.9. DESENRAIZAMENTOS NA BACIA DO SÃO FRANCISCO

As migrações, forçadas ou não, os exílios, as diásporas, as misturas de culturas, simbólicas ou “reais”, os desenraizamentos, são marcas indeléveis da constituição da identidade humana. É nisto, que apelidamos de hibridismo cultural ou interfaces de peles e culturas, que as identidades étnico-sociais vão se desenhando.

Podemos usar para falarmos dos desenraizamentos das populações ribeirinhas, duas expressões de Canclini (2003) *Reterritorialização e Desterritorialização*. O próprio autor escreve: “Com isso refiro-me a dois processos: a perda da relação ‘natural’ da cultura com os territórios geográficos e sociais e, ao mesmo tempo, certas realocações territoriais relativas, parciais, das velhas e novas produções simbólicas”.

É importante imaginar que “nosso mais profundo sentimento de geração é o da perda que surge da partida” (GÓMEZ-PENHA apud CANCLINE, 2003). É neste lugar de “expulsão”, de “diáspora das águas”, que milhares de barranqueiros e barranqueiras vão significar novos espaços para viver, obrigados a esquecer de lembrar de toda uma vida! Trata-se De uma re-elaboração dos sentidos, no sentido de sentir na pele!

Parece simples teorizar sobre migrações e misturas humanas. Entretanto, viver, refletir sobre qualquer experiência dessa natureza, ser dessa experiência, é por demais doloroso, com o amargo imperativo de que é necessário superar as desterritorializações traumáticas, como é o caso dos deslocamentos humanos de forma geral. Parafraseando Hall (2003): “Vida Ribeirinha” é o significante, a metáfora para aquela dimensão da vida que foi alagada ou forçosamente re-elaborada.

Entretanto a dinâmica das famílias ribeirinhas são como os ciclos das borboletas: ovos, crisálidas, lagartas e, novamente, borboletas! Poderemos observar esta compreensão no intenso processo de reafirmação das identidades indígenas

vivenciados em todo o São Francisco, mesmo após o trauma contínuo dos barramentos.

Há um precioso pensamento do escritor Ítalo Calvino que nos acompanhou durante a pesquisa: “A cidade de quem passa sem entrar é uma, é outra para quem é aprisionado e não sai mais dali; uma é a cidade à qual se chega pela primeira vez, outra é a que se abandona para nunca mais retornar” (*As Cidades Invisíveis*, 1990).

Trata-se de uma dolorosa fratura humana: a quebra dos vínculos. São essas ligações constituintes e constituidoras das identidades que atribuem sentido aos processos de identificações sociais, como as que os beija-flores têm com seus ninhos e as borboletas com seus casulos. Gente também estabelece vínculo com água e terra. Falamos pois das complexas análises sobre os processos identitários e territoriais vivenciados em toda a Bacia do São Francisco.

#### **4.10. IMPACTOS DAS BARRAGENS SOBRE OS POVOS INDÍGENAS**

Esta tese discute a questão das hidroelétricas em vários aspectos. Num exercício bastante simplificado do que representa os reais impactos das barragens sobre o meio físico e à sociobiodiversidade, analisa as conseqüências dessas intervenções sobre os povos indígenas da Bacia do São Francisco, particularmente o Povo Tuxá, de Rodelas-BA.

Neste cenário e, diante da complexa questão de pensar os povos indígenas “remanescentes” como descendentes dos grupos originários do Rio São Francisco, cujas memórias e identidades coletivas também se relacionam com a cultura material existente em toda a Bacia, dentre os impactos observados com a pesquisa, analisou-se a conseqüência das barragens sobre a inundação dessa rica memória dos descendentes dos povos ribeirinhos, do povo brasileiro. Do ponto de vista metodológico, trata-se da escolha de um, entre dezenas de impactos gerados a partir das constru es das grandes barragens, desde a década 50 no Rio São Francisco.

São internacionalmente conhecidas as dramáticas histórias das inundações dos territórios indígenas dos povos Guarani, Parakanã, Asuriní, Gavião, Waimiri-Atroari e Tuxá, atingidos pelas barragens de Itaipu, Tucuruí, Balbina e Itaparica.

Além dessas, grandes projetos, incluindo-se novas barragens, ameaçam os territórios indígenas dos Povos Truká, Tumbalalá, Pipipã, Kambiwá e Anacé, a exemplo do projeto de transposição e as barragens de Pedra Branca e Riacho Seco na Bacia do São Francisco, a serem instaladas no município de Curaçá/BA.

Esta é uma face não dita e maldita da política energética do Brasil a partir de hidroelétricas associadas a outros projetos desenvolvimentistas e que não podem desaguar apenas no campo das famosas medidas compensatórias que se retroalimentam no mais absoluto dos fundamentos capitalistas ecológicos: o princípio do “poluidor-pagador”, que no caso da Bacia do São Francisco ganhou a cara de “pagamentos de Verbas de Manutenção Temporária - VMT”, bastante conhecida dos atingidos.

A Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente, traz a noção do que chamamos de “impacto ambiental”. O instrumento para dimensioná-lo foi regularizado pela Resolução CONAMA 001/86 que dispõe sobre a necessidade de elaboração de Relatório de Impacto Ambiental - RIMA. A maior fragilidade desse instrumento é que ele é construído sob a chancela dos interessados.

O que está em xeque é a necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento planejado para o país, associado a outro desenho de matriz energética, como foi problematizado acima a partir dos estudos da WWF e do Greenpeace que se chocam com os modelos propostos pela EPE, empresa ligada ao Ministério de Minas e Energia.

Trata-se, hoje, de uma importante decisão política, e não apenas de disponibilidade de tecnologias, e que respeite os povos e comunidades tradicionais, moradores

dos “cobiçados” rios brasileiros, particularmente os povos indígenas. Na visão da Eletrobrás (1986):

O sistema ambiental estabelece conexão entre a unidade geográfica e o sistema elétrico, por meio de três sub-sistemas: o sub-sistema físico, o sub-sistema biótico e o sub-sistema social, cultural e econômico. Neste último, três componentes ambientais têm-se mostrado particularmente importantes para o planejamento de usinas hidroelétricas: as comunidades indígenas, as populações rurais e urbanas e as lideranças políticas da região afetada pela formação do reservatório.

Considerando as atuais decisões políticas, parece que a presença dos 32 povos indígenas da Bacia do São Francisco (conforme mapa anexo), já não são empecilhos para a efetivação desses projetos. Podemos citar como modelo a recente intervenção no território indígena Truká para a construção do canal do eixo norte da transposição, a ameaça aos reivindicados territórios dos Povos Pipipã e Kambiwá na área de abrangência do eixo leste da transposição, a decisão de efetivação das barragens de Pedra Branca e Riacho Seco que atingirão parte dos territórios Tumbalalá e Truká, e a de Pão de Açúcar que, definitivamente, selará para sempre os destinos dos povos indígenas do Baixo São Francisco.

É importante observar que, tão logo foi ativada a Barragem de Xingó, o mar destruiu o povoado do Cabeço na Foz, onde o rio agoniza.



Figura 85: Morador do Cabeço – Foz do São Francisco (MARQUES, 2008)

É evidente que nos discursos dos planejadores e gestores governamentais, os povos indígenas aparecem como um “problema ambiental” para as obras de engenharia. Tornou-se comum, desde o início das primeiras construções das

barragens no São Francisco, não se consultar os povos indígenas no processo decisório.



Figura 86: Escavadeiras do Exército; Indígenas fechando o Canal em Cabrobó (MARQUES 2007).

Mais recentemente, por força das determinações jurídico-formais, as consultas, quando são feitas, servem para elaborar Relatórios de Impactos Ambientais - RIMA, estabelecer condicionantes e ou medidas compensatórias.

As estratégias usadas são as mais diversificadas para legitimar as obras. Uma merece destaque e, espera-se, medidas jurídicas cabíveis: a equipe do Governo Federal orientou que uma parte do povo indígena Truká – Cabrobó, solicitasse o reconhecimento como “comunidade quilombola” para facilitar o processo de efetivação do projeto de transposição.

Por estas e outras formas de violência cometida pelo Estado brasileiro contra os povos indígenas, em julho de 2007, o Conselho Indigenista Missionário - CIMI entregou ao Ministério Público Federal, no município de Serra Talhada - PE, representação contra o Ministério da Integração Nacional, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA e FUNAI. O documento pede a abertura de um Inquérito Civil Público no sentido de responsabilizar sobre possíveis danos ao meio ambiente e aos direitos dos indígenas. Segundo Castro e Andrade (1988):

Esse ‘ambientalismo oficial’ não consegue esconder a concepção essencialmente autoritária do que seja uma política pública, e uma inversão perversa da hierarquia entre razão técnica e razão social. Em um sistema onde parece vigorar a idéia de que a sociedade está a serviço da economia, e não a economia a serviço da sociedade, os povos indígenas não podem senão ser vistos como os obstáculos a um desenvolvimento econômico que tem suas próprias razões.

Neste aspecto, é importante retornarmos ao que prescreve o Plano Diretor para Proteção e Melhoria do Meio Ambiente nas Obras de Serviços do Setor Elétrico

(1987/2010), construído em maio de 1987. Na análise geral do documento a impressão que se tem é que são as populações indígenas que atingem as obras de engenharia, conforme analisa Castro e Andrade (1988):

A obra aparece como absoluta, fato consumado e que só cabe reagir, adaptar-se e aceitar; As populações “impactadas” são concebidas como parte do ambiente da obra, que é o “sujeito”; A obra é passada como acontecimento que se gera e gesta fora do alcance da vontade política da sociedade, em particular dos setores sociais “afetados”.

A complexa relação entre Estado e povos indígenas tem produzido, em nome de uma “alienada” proteção, a redução dessas sociedades em relação às áreas pensadas em quilômetros quadrados ou hectares de TI. Neste aspecto, os territórios indígenas tornam-se mensuráveis e vulneráveis, quantificáveis, quando não, “ilhas de remanescentes nativos”. Assim analisa-se a dimensão político, social, ecológica e simbólica que esses grupos estabelecem com seus territórios tradicionalmente ocupados.

Para ilustrar essa análise podemos tomar como molde os processos indenizatórios após a expropriação decorrentes da construção das barragens. No caso específico, algumas etnias indígenas do São Francisco, em seus processos de reprodução simbólico-cultural, tratam as cachoeiras do rio como moradas dos encantados. Sabemos que uma das conseqüências das barragens é o “silêncio das cachoeiras”, como fala os indígenas ribeirinhos. Ainda hoje as cachoeiras são cantadas nas linhas do toré (das águas e das matas) pelos indígenas do São Francisco:

Na cachoeira de Paulo Afonso  
Eu tenho um reinado encantado  
Mas quem desencantar o meu reinado  
Tem força para trabalhar  
Ô, ê, na rê, ê, na ê, ê na ê, ê na ô (DIONÍSIO TUMBALALÁ, 2008)

Entretanto, em nenhum momento se considerou a destruição desses processos simbólicos nos cálculos para as indenizações. Apenas foram contabilizadas terras, benfeitorias, animais, entre outros.

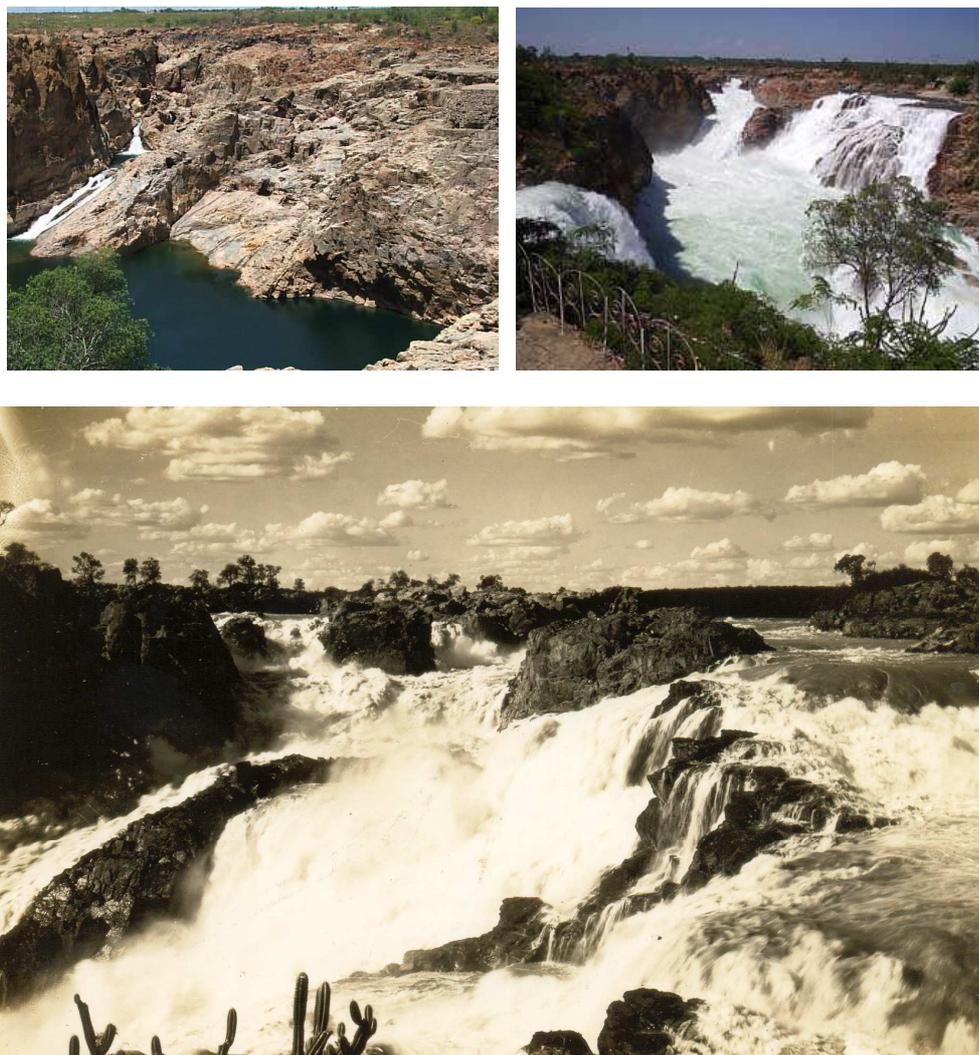


Figura 87: Diferentes paisagens da Cachoeira de Paulo Afonso, antes conhecida como Cachoeira Grande, Sumidouro e Forquilha (MARQUES-2008, GALDINO-2007, CHESF-ACERVO)

Segundo Sandro Tuxá (2006):

Em relação às nossas cachoeiras que, de certa forma perdemos, devido ao enchimento das barragens. As cachoeiras simbolizam os contatos profundos que os nossos índios tinham com o rio, de forma tal que os nossos antepassados que os mesmos nunca se distanciam do rio. As cachoeiras não tinha só a serventia de fazer o remanso e dali ficar alguns peixes para a gente flechar com o batim. Mas também porque através das cachoeiras a maioria dos mais velhos entravam numa espécie de transe nos seus rituais que conseguiam, compreendiam o que as cachoeiras estavam a dizer e através delas entoavam vários cantos. Hoje os cantos desses muito presente nas nossas comunidades, aonde simboliza a questão da nossa cultura, a questão das águas, infelizmente devido não existir mais as cachoeiras, esse contato que existia antes com o rio não foi mais possível e hoje dificilmente os índios mais velhos conseguem entoar cantos relacionados com as águas, porque aonde os índios estavam mais presentes no dia a dia era com o rio.

Outra dimensão que não é considerada nessa “guerra de estratégias político-ideológicas”, é a noção de território. No caso da Bacia do São Francisco, dividida em sub-regiões, os cálculos dos impactos socioambientais no Alto não se

relacionam com o Baixo. Nestas políticas, essas regiões são consideradas territórios distintos, com zonas de afetação diferenciadas.

Sabemos que as modificações à montante interferem nas áreas à jusante de qualquer rio, a exemplo, as populações do Baixo sofrem diversas conseqüências da cascata de barragens construídas em todo o corpo do São Francisco. Entretanto, apenas as cidades das áreas inundadas é que recebem os royalties a partir da geração de energia: “Quando construíram a barragem de Xingó, foi quando o mar tomou conta de tudo aqui” (ROSENDO – Cabeço, 2008).

Esses sistemas de acontecimentos decorrentes das barragens interferem nos processos identitários dos povos indígenas da Bacia, em seus modos de reprodução física, ambiental, social, simbólica e cultural.

Apesar de constar como “condicionante-chave” nas diretrizes estratégicas do Plano Diretor da Eletrobrás (1986) a “capacidade de adaptação das culturas humanas e o respeito aos valores culturais das comunidades indígenas”, contraditoriamente, são justificativas usadas pelo Estado para efetivação dos deslocamentos dos povos indígenas de áreas a serem inundadas por hidroelétricas.

Para Castro e Andrade (1988) os autores do Plano Diretor acreditam na existência de um processo de “transição sócio-cultural” pelo qual passam os povos indígenas que, para eles, às vezes se confundem com o processo de evolução da humanidade, onde os povos “primitivos” estariam tendo acesso ao progresso, evoluindo. Outras se confundem com o inevitável e acelerado processo de ocupação regional. Esses autores são categóricos ao afirmarem:

A “transição sócio-cultural” lamentada, mas decretada pelos autores do plano nada mais é do que o desaparecimento dos grupos indígenas enquanto povos diferenciados. Assim, a política do setor elétrico, em relação às sociedades indígenas, parte do pressuposto de que estas, no futuro, deixarão de existir.

Como pode ser observado neste e em muitos outros documentos oficiais, a noção de cultura é assimilada como “objeto mensurável”, passivo de sujeição às intervenções estatais e às respectivas indenizações, decorrentes da proposição das mudanças. Paga-se a cultura e sua artificializada dinâmica.

No caso das culturas de sociedades indígenas a serem afetadas com barragens, referem-se a processos de transição territoriais e sócio-culturais que, no fundo, alimentam-se do “inevitável” desaparecimento desses povos e suas culturas.

Tudo se passa, então como se a antropologia hidroelétrica do Estado brasileiro acreditasse ao mesmo tempo na objetividade fósil das culturas indígenas e na maleabilidade infinita dos índios como indivíduos, seres concebidos abstratamente, separados de suas condições sociais de existência. Mas isto, afinal, é a teoria da integração-assimilação; folclorizam-se as culturas, civilizam-se os homens – destroem as sociedades (CASTRO e ANDRADE, 1988).

O próprio plano chama a atenção para as tensões e desastrosas rupturas sociais dos povos indígenas nos processos de transição dos seus territórios.

De fato, ao abatimento de lideranças rebeldes, seguem-se inevitavelmente a ascensão de chefias ilegítimas, as desordens emocionais, as perdas de identidade social de auto-estima, a generalização de comportamentos depravados e o alcoolismo, Problemas de saúde pública dizimam as populações indígenas, com o agravamento da falta de programas de imunização, antes do contato com doenças que lhes eram estranhas. Paralelamente, não se fazendo memória escrita, perde-se valioso acervo de conhecimentos acumulados pelas tribos indígenas. Principalmente com respeito às milhares de espécies biológicas nativas, presentes em seu ecossistema e com as quais vinham convivendo durante séculos (ELETROBRÁS, 1986).

Apesar da Constituição Federal, promulgada em 1988, assegurar aos indígenas, em seu Art. 231, “sua organização social, costumes línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e respeitar todos os seus bens”, quando se trata de intervenções nesses territórios recorrem a outros instrumentos que dispõe de mecanismos que relativizam a natureza dessa proteção territorial.

Essa fragilidade está descrita no Art. 20 da Lei 6.001/1973 - O Estatuto do Índio, que autoriza a remoção de populações indígenas “para a realização de obras públicas que interessem ao desenvolvimento nacional”. Portanto, os territórios indígenas, nas mãos do Estado também têm se configurado em um frágil instrumento. Recentemente, um outro polêmico projeto (PL 7099/06) que regulamenta a exploração de minérios em terras indígenas, tem gerado tensos debates.

São essas compreensões e esses instrumentos jurídico-formais, por exemplo, que levou à inundação do território e expulsão do povo Tuxá de Rodelas, em 1988, com a formação da usina geradora de Itaparica - UHE Luiz Gonzaga, objeto de análise desta tese. Além deste caso, a intervenção dos “grandes projetos” em áreas indígenas tem sido uma constante em todo o território nacional.

Mais recentemente, o projeto da construção do canal da transposição e a projeção de novas barragens no rio São Francisco – Pedra Branca, Riacho Seco, Pão de Açúcar – têm sido uma ameaça constante aos povos indígenas Truká, Tumbalalá, Pipipã, Kambiwá, e aqueles situados no Baixo: Kariri-Xócó, Tingui-Botó, Kaxagó, entre outros.

Atualmente, dois acampamentos, Truká e Tumbalalá, são denunciadores das condições em que vivem as populações indígenas ribeirinhas: reivindicando seus territórios tradicionais e lutando contra as muitas formas de violências cometidas sobre elas. Os povos indígenas do São Francisco têm dedicado parte da sua energia combatendo o Estado brasileiro a partir das intervenções em suas áreas para efetivar grandes projetos.



Figura 88: Acampamento Tumbalalá (MARQUES, 2007).

Trata-se da continuidade da política nacional de geração de energia hidroelétrica como resposta a uma opção por um modelo desenvolvimentista, essencialmente capitalista, que trata a terra e a água como mercadoria, iniciado no Brasil na década de 50 e que se consolidou nas duas décadas subseqüentes, perdurando até hoje num governo dito democrático, popular e sustentável ambientalmente.



Figura 89: Reunião dos acampados de Cabrobó (MARQUES, 2007).

A presença da força repressora do Estado – polícia federal, exército, polícia militar – para expulsar as populações indígenas, os movimentos sociais que resistiam à intervenção do Ministério da Integração em território indígena, repete padrões políticos visto no Brasil na época da Ditadura.

Como pode ser observado na efetivação de todas as hidroelétricas, os processos decisórios não incluem o tecido social e o impactam profundamente. Foi assim com a autoritária decisão do governo do General Médici, em 1972, para a construção da hidroelétrica de Sobradinho; com a construção de Itaparica em 1979, que só veio dá atenção às populações atingidas em 1986, após ampla mobilização social que desaguou num convênio assinado entre CHESF e o Pólo Sindical do Sub-médio São Francisco; e mais recentemente com a autorização do projeto de transposição e das hidroelétricas do Rio Madeiras, no atual Governo Lula.

Em todos estes cenários associados à Bacia do São Francisco, os povos indígenas permaneceram invisíveis, aparecendo nos dados oficiais apenas poucas informações sobre povos que foram ou serão atingidos, como foi o caso dos indígenas Tuxá afetados com a Usina de Itaparica.

No mais, não se vê muitas notícias desses grupos originários remanescentes que se espalham por toda a Bacia do São Francisco (32 povos, distribuídos em mais de 38 territórios), com maior ocorrência na região do Sub-médio e Baixo São Francisco, local de maior concentração das referidas barragens, como pode ser observado em mapa anexo desta tese.

## **CAPÍTULO 5. NOTAS REFERENCIAIS SOBRE A ARQUEOLOGIA NA BACIA DO SÃO FRANCISCO**

O objetivo deste capítulo é, em linhas gerais, apresentar as principais pesquisas desenvolvidas na Bacia do São Francisco e que tenham/tiveram como intenção de estudos a cultura material franciscana e os povos indígenas franciscanos. Com isso, objetiva-se dar visibilidade à riqueza da memória do povo brasileiro associada ao rio São Francisco e a dimensão de um violento processo de apagamento feito pelas grandes barragens.

### **5.1. NIÈDE GUIDON – A ARQUEOLOGIA EM SÃO RAIMUNDO NONATO, PIAUÍ.**



Figura 90: Dra. Niède Guidon (MARQUES, 2006).

Niède Guidon formou-se em História Natural pela USP - Universidade de São Paulo, em 1958. Três anos depois ingressou nos estudos de arqueologia na Universidade de Sorbonne, na França. Voltando ao Brasil, trabalhou no Museu Paulista da USP até o Golpe de 1964, momento em que retornou à França, onde atuou como professora na École de Hautes Etudes en Sciences Sociales, de onde hoje é aposentada.

Somente em 1991, Niède Guidon retorna ao Brasil, solicitada ao governo francês para coordenar o plano de manejo do Parque Nacional da Serra da Capivara, mudando-se para São Raimundo Nonato, onde está até hoje. Entretanto, sua relação com a área é anterior ao retorno definitivo para o país, quando em 1985, é criada a Fundação do Homem Americano - FUNDHAM, com a finalidade de proteção do Parque, no intuito de exercer pressão institucional junto ao governo

brasileiro visando à conservação da biodiversidade e do patrimônio arqueológico existentes na área.

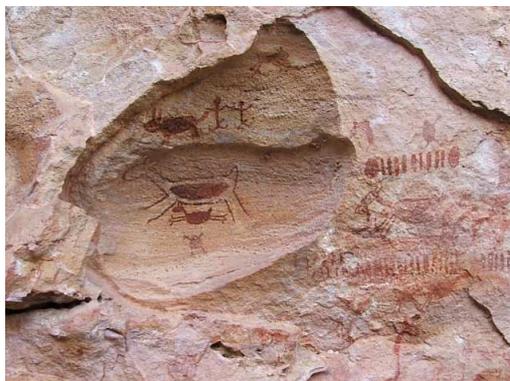


Figura 91: Pinturas rupestres da Serra da Capivara (MARQUES, 2005).

Contudo, em 1963 Dra. Guidon já havia tomado conhecimento das pinturas rupestres da Serra da Capivara, através de fotos, e em 1970 foi verificá-las *in loco*, constatando o real potencial arqueológico da região onde hoje, sabe-se, encontram-se mais de 420 sítios. Em outro momento, estas pinturas e outros artefatos foram datados, a partir do método Carbono 14, como tendo entre 17 e 23 mil anos. Hoje as datações na Serra da Capivara são bem superiores, tratando-se de uma das regiões mais importantes associadas à Bacia do São Francisco.

No coração do chamado Polígono das Secas, onde o sertão semi-árido se torna mais severo, onde a caatinga se funde com o cerrado e as irregularidades climáticas do Nordeste se fazem sentir com mais força, existe uma fronteira geológica, ponto de encontro entre os planaltos, localmente chamados chapadas, que formam uma cadeia contínua de serras, e uma planície antiqüíssima, que forma a depressão periférica do médio São Francisco, o mais importante rio do Nordeste. O contato entre as duas formações é marcado por uma cuesta, imensa linha de paredões verticais de rara beleza. Conhecidas como Serra da Capivara, essas chapadas marcam o limite do Parque Nacional, que toma seu nome e ocupa uma superfície de 130.000ha na bacia sedimentar Maranhão-Piauí. (PESSIS, 2003)



Figura 92: Área do parque Nacional Serra da Capivara (MARQUES, 2006).

Suas pesquisas lançaram novos olhares sobre a pré-história do Brasil e das Américas, quando indicaram que algumas ferramentas de pedra encontradas em São Raimundo Nonato, que foram datadas pelos mais respeitados especialistas e institutos científicos do mundo, a exemplo do Prof. Eric Boëda da Universidade de Paris, e a Texas A&M University, como sendo de fato ferramentas líticas produzidas por grupos humanos pré-coloniais entre 33 e 58 mil anos, com indicativos recentes, por datação de termoluminescência de 100 mil anos.



Figura 93: Dra. Niède Guidon em campo (FUNDHAM, 2004).

Estes estudos sustentam a tese de Niède Guidon de que, a história dos grupos humanos pré-coloniais brasileiros poderia retroagir milhares de anos no tempo, dando argumentos para repensar a entrada destes grupos no continente americano, partindo de uma outra lógica de movimentação que não apenas a clássica teoria arqueológica do Estreito de Bering.

Há 100 mil anos está aqui, se você considera que o *sapiens* mais antigo da África tem 160 mil anos, quer dizer que essa migração deve ter se dado diretamente da África pra cá. Agora, será que eles teriam vindo, subido o São Francisco, e de lá vindo pra cá? Ou daqui teriam ido pra lá? Considerando certas características, como por exemplo, a riqueza da arte rupestre do Nordeste, [...] eles tinham um domínio da técnica de pintura, desenho, tinha uma capacidade de representação da terceira dimensão, com técnicas e regras que eram próprias a eles, que demonstra que era uma população, que era caçador-coletor, mas tinha uma capacidade tecnológica e intelectual muito grande. [...] então nós temos realmente uma série de indícios de que a antiguidade do povoamento da América do Sul, inclusive agora no México, já tem datações antigas e você tem na região ali do sul da Costa Atlântica dos Estados Unidos, eles têm um sítio que eles dizem que tem 50 mil anos. Então tudo indica que houve uma primeira migração que teria ficado restrita ao Nordeste do Brasil, ao Caribe, entende? (GUIDON, 2007).

Niède Guidon problematiza que ainda se conhece muito pouco sobre os grupos indígenas que viveram na região da Serra da Capivara até a chegada dos

primeiros colonizadores. Sabe-se que havia uma população muito grande e que foi empurrada da zona costeira e da zona amazônica, primeiras a serem colonizadas, e na serra, pela dificuldade de acesso, esses indígenas ficaram até o fim do século XVIII, até a chegada dos “brancos” que causaram a “extinção” dessas populações.

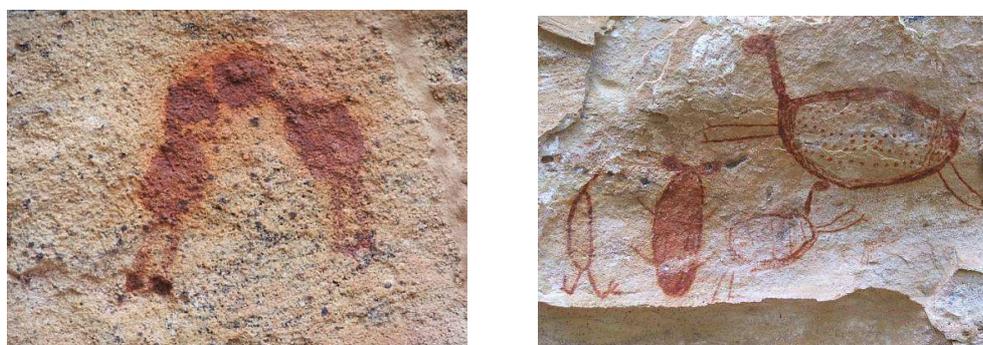


Figura 94: Pinturas rupestres da Serra da Capivara (MARQUES, 2005).

Apesar da sua intensa dedicação às pesquisas arqueológicas na Serra da Capivara, por muito tempo Niède Guidon também supervisionou as pesquisas que foram desenvolvidas na Bacia do São Francisco, particularmente os salvamentos de Itaparica e Xingó.

Uma outra dificuldade apontada por Dra. Guidon, no sentido de precisar mais estes estudos das populações pré-históricas, é a fragmentação das informações colhidas nos salvamentos arqueológicos na construção das barragens, que impedem traçar parâmetros mais completos dos fluxos e da cultura destes povos.

E como forma de preencher ainda mais estas lacunas na região, a Professora Niède Guidon aponta que seria necessário desenvolver novas pesquisas no Vale do São Francisco para saber onde, em determinados momentos da história estavam às margens do “Velho” Chico, para verificar suas ocupações mais antigas, já que é uma possibilidade que este Rio possa ter sido uma das vias de entrada de levadas humanas na América.

O São Francisco deveria ser muito maior, e eu não conheço nenhum trabalho que trate da evolução do São Francisco. Quer dizer, o que aconteceu naquela área? Aonde é que era a margem a 5 mil... a 10 mil... a 20 mil anos atrás? (...) fica muito difícil saber se não houve destruição de sítios, não é? (GUIDON, 2007)

É taxativa ao afirmar que não temos muitas informações da região do São Francisco, pois, conforme problematiza: “os estudos feitos nos barramentos trouxeram algumas informações importantes, mas demonstraram que elas são fragmentárias”.

## 5.2. CARLOS ESTÊVÃO: O CAMINHADOR DAS ALDEIAS<sup>27</sup>



Figura 95: O Xukuru-Kariri, José Francelino, fotografado por Carlos Estêvão, Palmeira dos Índios, Alagoas, fim da década de 1930 (Acervo ATHIAS, 2008).

Apesar do marco originário das pesquisas “científicas” arqueológicas no Brasil está associado aos anos 40 e 50 do século XX, as pesquisas desenvolvidas pelo etnólogo Carlos Estêvão que, entre importantes trabalhos que realizou, destaca-se sua gestão como diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi e suas pesquisas arqueológicas nos estados da Amazônia, Bahia e Pernambuco, sendo que neste último suas investigações são consideradas uma referência por ser a primeira escavação arqueológica do Nordeste: *O Ossuário da Gruta do Padre em Itaparica*

<sup>27</sup> O etnólogo, jurista, jornalista, poeta, ornitólogo, ictiólogo, arqueólogo pernambucano Carlos Estêvão, recebeu este nome num ritual do Toré com os indígenas franciscanos.

e *Algumas Notícias sobre Remanescentes Indígenas do Nordeste* (1937), localizada próximo da antiga cachoeira de Itaparica.

Seus trabalhos na região do São Francisco iniciaram-se com suas visitas aos Pankararu, do Brejo-dos-Padres, em Tacaratú-PE, e aos Fulni-ô, de Águas Belas-PE, no ano de 1935, ocasião em que acompanhou o Dr. Liebig da Companhia Industrial e Agrícola do Baixo São Francisco à cachoeira de Itaparica. Como descreve em seu relatório, a vista do serrote e a descoberta do ossuário indígena da Gruta do Padre, foi fruto do “acaso”. Segundo relata, diz que foi o Velho Anselmo, caboclo de Itaparica, que lhe falou da existência de um “serrote” no qual tinha sido queimados vivos uma moça e um padre e que, na última vez que tinha andado por lá, havia encontrado os ossos do padre. Relata essa fala do Indígena:

Uma vez, há muitos anos passados, um padre, no Piauí raptara uma moça. Perseguidos pela família desta, fugiram para cá. Chegando a Itaparica, sempre acompanhados pelos seus perseguidores, esconderam-se na gruta. Descoberto o esconderijo, seus inimigos taparam com lenha a entrada da gruta e tocaram fogo na lenha. Não podendo fugir, morreram queimados o padre e a moça (ESTEVÃO, 1937).

Levado por Anselmo e procedendo a uma rápida e superficial escavação, constatou que aquele relato, para ele uma lenda, o tinha levado a um importante ossuário indígena:

O esqueleto era levado para a gruta e posto lá, juntamente com objetos de propriedade da pessoa a que pertencera. Sobre objetos e esqueletos, fazia-se uma fogueira, colocando-se, depois, em cima de tudo uma ou duas lajes, conforme o tamanho [...] a ausência de elementos da cultura européia entre os objetos encontrados na “Gruta do Padre”, faz acreditar que o povo cujos ossos para ali foram conduzidos, não teve contato com os colonizadores (ESTEVÃO, 1937).

A queima dos ossos fez Estêvão deduzir que não se tratava de grupos “Tupi”, pois estes enterravam em potes de cerâmica, nem “Ge”, posto que enterravam no chão, e nem “Cariri” que, segundo alguns relatos, os comiam<sup>28</sup>. Para esse pesquisador essas populações faziam suas refeições num outro lugar: a gruta do “Serrote do Padre”, haja vista que nela encontrou grande quantidade de “restos de cozinha”: placas e espinhas de peixe, ossos e dentes de mamíferos, pedaços de carapaças de “tatus”, tarsos de aves, etc.

<sup>28</sup> Carlos Estêvão baseia-se nas informações apresentadas por Elias Heckman.

Em suas andanças pelas cidades do São Francisco descreveu vários sítios arqueológicos e vários grupos indígenas remanescentes, entre os quais os Pankararu, em Brejo dos Padres, Tacaratu e Itaparica, com os quais coabitavam indígenas “Maracus”, “Gerinpankós” e “Quiçás” ou “Ituaçás”, parte deles vindo da missão do antigo Curral-dos-Bois, que depois passou a chamar-se Santo Antônio de Glória, depois Glória e, com a inundação da cidade decorrente da construção da barragem de Itaparica e Moxotó, a cidade foi “transferida” como Nova Glória. Também os Fulni-ô de Águas Belas-AL, os descendentes das tribos “Natu”, “Chocó”, “Carapotó”, “Prakió” e Naconã de Porto Real do Colégio-AL, os “Chucurus” de Palmeira dos Índios-AL (ESTÊVÃO, 1937). Destacou o papel das missões católicas para a ocorrência desses “povos indígenas misturados”.

Dedicou-se a descrever vários rituais das culturas indígenas por onde passou, a exemplo da Corrida do Umbu, Menino do Rancho, Ritual da Flagelação, Contos Indígenas, ente outros.

Para efeitos da análise a que se propõe esta tese a respeito da cultura material e sua relação com grupos indígenas remanescentes da Bacia do São Francisco, há que se considerar, neste mar de informações levantadas, quer seja pela arqueologia, antropologia, ecologia, etnologia, e outras áreas de conhecimento, qualquer informação que estabeleça “ligações”, seja pela tradição oral ou qualquer outra via, entre os grupos pretéritos e os indígenas remanescentes, passa a ter um valor singular no processo de fundamentação dos debates sobre continuidade histórica/simbólica dos grupos originários ribeirinhos.

Assim, a descrição abaixo de Estêvão (1937) reafirma que ainda, entre os mais velhos indígenas das tribos ribeirinhas, é possível identificar elementos, na tradição oral, que nos permite inferir tal análise.

Por intermédio do velho “Chucuru” José Francelino de Melo, que, antigamente, quando os “chucurus” eram bravios e moravam no mato, botavam os seus mortos dentro de grandes potes e enterravam estes nas grutas das serras. Interessando-me a informação, perguntei-lhe se sabia de alguma gruta que tivesse sido aproveitada para cemitério. Recebendo resposta afirmativa, combinamos ir à aludida gruta. No dia marcado pela manhã, partimos para a “Serra-do-Goití”, distante da cidade uns três quilômetros. Chegando nesta, depois de ligeiro exame, determinei que um dos quatro “chucurus” que me acompanhavam, cavasse o solo da gruta em um ponto que me pareceu não está muito sólido. O fato é que,

com pequena profundidade, descobrimos a parte superior de um pote. Dentro do pote encontrava-se fragmento de ossos humanos.

Este humanista que se aproximou de forma sensível dos grupos indígenas remanescentes da Bacia do São Francisco, nas suas últimas palavras proferidas na Conferência da Sociedade Amigos do Museu Nacional, apelou para que sejam adotadas medidas que assegurem a dignidade desses povos, bastante violentados e ainda ameaçados nos seus “frágeis territórios”. No prefácio do seu relatório denuncia:

A vastidão de um precioso campo a explorar, como, também, quanto são merecedores de proteção os remanescentes indígenas existentes nos sertões nordestinos [...] Para se ter uma perfeita idéia da etnologia brasileira, necessário se faz muito estudo.

A coleção organizada pelo etnólogo e arqueólogo Carlos Estêvão sobre a cultura material da Bacia do São Francisco, particularmente da Gruta do Padre do município de Petrolândia e da Gruta do Anselmo<sup>29</sup>, parte encontra-se no Museu do Estado de Pernambuco.

Este acervo é composto por machados polidos, percutores, batoques labiais, bolas de arremesso, pilões, mão de pilão, objetos de adornos – dentes perfurados, pequenos discos de conchas, ossos perfurados –, esqueletos, urnas funerárias, sementes perfuradas, fragmentos de tecidos, além de um bom material fotográfico, objetos da cultura material dos grupos indígenas remanescentes com os quais teve contato.

---

<sup>29</sup> Velho Anselmo: Caboclo de Itaparica que ajudou ao arqueólogo Carlos Estêvão a encontrar a Gruta-do-Padre.

### 5.3. VALENTIN CALDERÓN: PEQUENAS NOTAS SOBRE A ARQUEOLOGIA DA REGIÃO DO LAGO DE SOBRADINHO



Figura 96: Pintura Rupestre da região de Sobradinho (KESTERING, 2007).

Valentin Calderón de La Vara, integrante do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - PRONAPA, depois de Carlos Estêvão (1937), foi o pesquisador que fez inferências na região do São Francisco utilizando metodologias “adequadas” para a realização de estudos arqueológicos. Dos trabalhos realizados na área da Barragem de Sobradinho, o Prof. Calderón, esteve à frente de todos, no papel de supervisor. Conhecemos muito pouco do patrimônio arqueológico da área inundada pelo Lago de Sobradinho, entretanto, este pouco, só foi possível graças à sua persistência e dedicação às pesquisas científicas.

#### 5.3.1. O INÍCIO DAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS EM ÁREAS DE BARRAGENS NO SÃO FRANCISCO

Em 1976 foi firmado um convênio entre a CHESF e a Associação de Arqueologia e Pré-História da Bahia (AAPHBA) para a prospecção e sondagem da área que seria inundada pela Barragem de Sobradinho: sua superfície de 4.214 km<sup>2</sup>, e mais área de segurança e suas adjacências. Nesta ocasião nascia o Projeto Sobradinho de Salvamento Arqueológico - PSSA, supervisionado pelo arqueólogo e professor da UFBA, Valentin Calderón de La Vara, e coordenado pela arqueóloga Yara de Atayde e o Prof. Ivan Dorea Soares.

Calderón já havia feito diversas pesquisas na região do Vale do São Francisco, destacando-se suas escavações na Gruta do Padre, em Itaparica, nos anos 60,

movido pelas informações levantadas pelo etnólogo Carlos Estêvão, no final dos anos 30. Foi esta experiência que serviu de base para que orientasse seus discípulos, Yara e Ivan, nas pesquisas arqueológicas na região de Sobradinho, haja vista que o mesmo não participou das atividades de campo do projeto que, diga-se de passagem, foi extremamente curto, durando apenas cerca de 40 dias de campo.

Segundo a arqueóloga Gabriela Martin (2005) Calderón assinalava a importância dos sítios abertos no vale médio do São Francisco e os descrevia como lugares aluvionais, cobertos de seixos rolados, de tamanho médio, que serviram de matéria-prima para os utensílios ali encontrados. Registrou que se situavam em montículos, nas proximidades do rio, riachos e nas ilhas do São Francisco, além de que a grande dispersão dos artefatos de permeio com os seixos rolados, em áreas de grande extensão, dificultavam que se estabelecessem suas exatas dimensões. Para ele, esses sítios apresentavam grandes quantidades de fragmentos e resíduos, portanto, tratava-se de oficinas de lascamentos e de artefatos líticos, pois sua topografia, na maioria das vezes, não oferecia condições para acampamentos.

Calderón descreveu que o ambiente inundado pela barragem de Sobradinho era compreendido por ilhas do São Francisco, e parte significativa de “terra firme”, ambas de solos aluviais, e a caatinga que possuía areias quartzozas, solos holomórticos, litólicos e, em menor escala, latosolos e podzólicos, com clima semi-árido quente.

A topografia foi descrita como suave, compreendendo um vale com algumas pequenas elevações isoladas e serras recuadas da margem do rio que, hoje, servem de bordas naturais do lago. A vegetação era composta por remanescentes de florestas caudiciformes de várzea que ocupavam as áreas de aluviões às margens do rio, além de floresta ciliar de carnaúba e, parte significativa, por uma caatinga densa de porte arbóreo, a exemplo do umbuzeiro, juazeiro, juremeira, pinhões e uma variedade de espécies de cactáceas: facheiro, mandacaru, palmatória, entre outras.

Foram essas características ambientais, pistas naturais – declives do solo, coloração do terreno, tipo de vegetação, objetos superficiais, rochas com vestígios de atividades humanas, cacos de cerâmica –, além das lendas, superstições dos moradores e toponímias, que tornaram possível a identificação de alguns sítios quando não eram obtidas informações direta dos moradores, importantes parceiros nos trabalhos do Projeto de Salvamento Arqueológico de Sobradinho - PSSA.

Calderón (1977) diz que a equipe técnica do projeto percorreu toda a região da barragem em três períodos de trinta dias de trabalho de campo, cada, e outras cinco pequenas viagens de complementação, tendo sido visitada desde a Fazenda Tatatuí, município de Juazeiro, até a Fazenda André, município de Xique-Xique, pela margem direita e, pela esquerda, desde a Fazenda Sobrado, município de Casa Nova, até a Fazenda Manga, município de Pilão Arcado. Sua sensível dedicação ao estudo das populações pré-coloniais o levava a alertar que:

Considerando que a área a ser explorada ficará totalmente submersa, e, conseqüentemente, sem possibilidades de informar sobre as populações pré-históricas que por ela circularam ou tiveram assentamentos mais ou menos permanentes, é óbvia a importância de salvar e estudar os vestígios culturais que porventura existiram nessa região quase desconhecida para a Arqueologia (CALDERÓN, 1977).

É lamentável constatar que, apesar do esforço da equipe de trabalho do Projeto Sobradinho de Salvamento Arqueológico - PSSA e os resultados obtidos com as sondagens<sup>30</sup> feitas na região, hoje debaixo de um dos maiores lagos artificiais do mundo, parte significativa da memória dos povos originários do São Francisco tenha se perdido, quiçá, para sempre. Trata-se, na verdade, de um trabalho apressado, assim como foi, salvaguardando as devidas proporções, o enchimento de Itaparica e Xingó.

As pesquisas ficaram restritas a coletas superficiais, já que as sondagens feitas pela equipe técnica do projeto se apresentaram estéreis<sup>31</sup>, com exceção dos sítios Barrinha de Urecé, Américo Alves e Caroá que apresentaram vestígios arqueológicos após as sondagens. Segundo Kesting (2001), o projeto deu mais

<sup>30</sup> Alguns pesquisadores chamam a atenção para o fato de nessa região não terem sido feitas escavações arqueológicas, mas apenas prospecções – simples localização e cadastramento de sítios arqueológicos – e sondagens, cortes de dimensões que variavam entre 1 x 1m, 1,50 x 1,50 m e 2m x 2m, escavados em níveis artificiais de 10 em 10 cm até a profundidade entre 1m e 1,80 m (MARTIN, 2005; COSTA, 2004).

<sup>31</sup> Normalmente os cortes prosseguiram cerca de cinco a seis níveis além dos níveis considerados estéreis, quando nele não são evidenciados vestígios arqueológicos. Segundo Calderón (1977): “só depois da constatação da esterilidade de vários níveis é que eram suspensas as buscas” (COSTA, 2004).

prioridade aos sítios arqueológicos ribeirinhos, embora tenham sido identificados sítios nos sopés das serras fora da área da inundação e sítios de registros gráficos nas serras circundantes, sobretudo na margem direita do rio dada a geo-morfologia diferenciada das margens.

Segundo dados do relatório do Projeto Sobradinho de Salvamento Arqueológico (1977), foram registrados cerca de 29 sítios pré-históricos dos quais foi localizada e retirada uma tonelada de material que hoje se encontra no acervo técnico do Centro de Documentação do Museu de Arqueologia e Etnografia da UFBA - CD/MAE. É evidente que são urgentes pesquisas que possam inferir novas interpretações sobre o acervo que deve ser comparado à cultura material levantada em outras regiões do São Francisco.

Nestes sítios foram encontrados cacos superficiais de cerâmica, fragmentos de ossos em desintegração/enterratórios de incineração, pilões de pedra, litos com formato de machado, painéis extensos com inscrições de petroglifos, litos trabalhados, lascas, 15 machados, 02 machados com gargalo, 01 machado semi-luna, 13 batedores, 07 moedores, 03 mãos de pilão, 26 pilões de pedra, aribé com cinzas – sítio Américo Alves - Sento Sé –, carvão, muros de pedras/”currais de pedras”, 05 cachimbos decorados, encontrados por moradores nas serras próximas, entre outros.

Se não bastasse a pressa do projeto, as limitações vivenciadas na sua execução, a pequena equipe de campo, os processos políticos/acadêmicos<sup>32</sup>, como alerta o arqueólogo Hércules Costa (2004), a maior parte do material lítico foi encontrado nas mãos dos moradores atingidos pelas barragens, compreendendo então um material arqueológico fora de contexto, o que impõe limites para o entendimento da indústria lítica dos grupos pré-históricos que ocuparam a região de Sobradinho em diferentes momentos, bem como para a afirmação de cronologias ocupacionais.

Outro dado lamentável, dentro do contexto da arqueologia do São Francisco, é que não há datações da ocupação humana na região inundada com o Grande Lago. A

---

<sup>32</sup> É importante registrar que alguns acontecimentos políticos/acadêmicos vivenciados na UFBA, em alguma medida, também comprometeram o andamento das pesquisas e a acomodação da cultura material levantada nos salvamento, entre outros problemas.

única inferência a este respeito foi feita por Calderón quando relacionou as datações de pesquisas realizadas anteriormente, onde foram encontrados machados que se assemelhavam aos da região de Sobradinho, e que havia sido datado em 2.800 a.C. Entretanto, considerando as cronologias estabelecidas em outras regiões franciscanas, a exemplo do seu baixo curso, 9 mil anos AP, podemos inferir que esta datação é bastante recuada.

Hoje, sobretudo, a partir de pesquisas feitas pelo arqueólogo Celito Kesting (2001), é possível afirmar que, provavelmente, as ocupações humanas nessa região tenham se dado no final do Pleistoceno, quando grupos coletores-caçadores teriam ocupado as partes mais altas dos boqueirões e a zona de ocupação brejeira.

No entanto, foi graças a estas “faíscas” de informações advindas com o salvamento de Sobradinho que podemos afirmar a ocupação humana de grupos pré-históricos em acampamentos ao longo dos terraços do São Francisco, nas proximidades das serras e lagoas, hoje debaixo das águas da Barragem.

#### 5.4. ANDRÉ PROUS: ARQUEOLOGIA NO ALTO SÃO FRANCISCO



**Figura 97: André Prous, arqueólogo francês, professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da FAFICH/UFMG. Responsável pelo Setor de Arqueologia do Museu de História Natural da UFMG e pela Mission Archéologique Française de Minas Gerais. Tem dedicado parte do seu trabalho à pesquisa arqueológica na região do Alto São Francisco, particularmente na região de Lagoa Santa, desde 1971. (MARQUES, 2007).**

Em geral, sabemos muito pouco sobre os estudos arqueológicos que foram feitos em toda a Bacia do São Francisco. Parte significativa desses trabalhos ainda está organizada em teses, dissertações, artigos científicos, algumas poucas matérias jornalísticas e pouquíssimos livros, alguns exclusivos dos pesquisadores e pesquisadoras.

Como conseqüência, a importância evidenciada pelos/as pesquisadores/as sobre os registros pré-históricos e históricos do São Francisco, ainda não chegou até a sociedade de modo amplo, portanto, os poderes públicos, as escolas, os movimentos socioambientais, os povos e comunidades tradicionais, entre outros, ainda não conseguiram elevar a um nível aceitável a proteção do patrimônio arqueológico, cotidianamente ameaçado e destruído, como uma das pautas prioritárias das suas ações, até pelo nível de desconhecimento observado sobre essa valiosa herança dos nossos antepassados.

André Prous, como pesquisador sistemático, objetivando permitir a estruturação de uma “epistemologia” da arqueologia brasileira, tem publicado importantes obras sobre o assunto, destacando-se *Arqueologia Brasileira* (1992), *O Brasil Antes dos Brasileiros: A Pré-História do Nosso País* (2006), entre outras.

#### **5.4.1. A EXTRAORDINÁRIA LAGOA SANTA**

Os conhecimentos produzidos sobre os vestígios arqueológicos na região do Alto São Francisco estão intimamente associados ao dedicado trabalho do arqueólogo francês, Dr. André Prous. Autor de vários livros e artigos científicos, Prous trouxe grandes contribuições para o conhecimento das sociedades originárias brasileiras, destacando-se os estudos feitos sobre as populações de Lagoa Santa - MG, nas proximidades do Rio das Velhas, afluente do São Francisco, datadas de mais de 10 mil anos.

Esta região passou a ser estudada em 1834 com a chegada do botânico, zoólogo e geólogo dinamarquês, P. W. Lund, considerado o pai da paleontologia brasileira. Trata-se de um pesquisador que veio para a América descobrir e classificar animais extintos que viveram entre 2 milhões e dez mil anos atrás, no pleistoceno.

Lund veio pela primeira vez ao Brasil em 1825, para estudar plantas e animais, sob a tutela do Rei Frederico VI, da Dinamarca. Parte da sua pesquisa seria para o Museu Real de História Natural da Dinamarca.



Figura 98: P. W. Lund (FONTE: [www.lagoasanta.com.br/homem/lund.jpg](http://www.lagoasanta.com.br/homem/lund.jpg)).

Depois de retornar para a Europa em 1829, voltou ao Brasil em 1833. Após ter sido informado por Pedro Claussen sobre ossadas encontradas nas cavernas da região cáustica de Lagoa Santa, dirigiu-se para lá onde permaneceu o resto da sua vida.

Nesta região escavou várias grutas, descobrindo ossos de diversos animais desaparecidos, entre os quais preguiças e tatus gigantes, cavalos selvagens e o famoso tigre-dentes-de-sabre.

O circuito das grutas no vale do Rio das Velhas, Alto São Francisco – Sete Lagoas, Matozinhos, Lagoa Santa, Capim Branco, Cordisburgo, Pedro Leopoldo, Funilândia, Confins, Prudente de Moraes, Santana do Pirapama e Paraopeba – foi um atrativo especial para Lund.

Em 1843, o pesquisador dinamarquês encontrou ossos humanos e de animais extintos na Gruta do Sumidouro. Esse fato levou Lund a deduzir que a mega-fauna do pleistoceno – pré-diluviano – teria coexistido com as populações humanas das Américas. Das regiões altas do São Francisco também descreveu a existência de painéis de pinturas rupestres e trouxe pesquisadores para estudar a fauna e flora da região de Lagoa Santa.

Graças à iniciativa desse pesquisador, Lagoa Santa foi o local originário da paleontologia brasileira e da ecologia, haja vista que o trabalho apresentado pelo botânico dinamarquês Eugen Warming, trazido por Lund para o Brasil, é considerado o primeiro a ser publicado no mundo, inaugurando essas áreas do conhecimento bastante discutidas na atualidade: a paleontologia e a ecologia. Como afirma Prous (2007):

A gente pode dizer que a região de Lagoa Santa, tradicionalmente, tem sido um foco de discussões sobre a antiguidade do homem, que todas as principais missões até os anos 70, que trabalhavam sobre isso na América do Sul, passaram por Lagoa Santa.

Depois dos trabalhos de Lund as pesquisas praticamente pararam. Nos anos de 1929 e 1937, respectivamente, duas equipes do Museu Nacional do Rio de Janeiro trabalharam na região guiadas pela hipótese levantada por Lund: a primeira foi coordenada por Padberg-Drenkpohl, primeiro arqueólogo brasileiro, e a segunda por Bastos d'Ávila. As pesquisas não renderam bons frutos e sequer foram publicadas. Depois deles vários intelectuais "leigos" de Belo Horizonte continuaram fazendo inferência e levantando material arqueológico na região. Os métodos e técnicas utilizadas não permitiram analisar com mais detalhes parte desses vestígios, muito menos datá-los. Entretanto, as peças coletadas por Lund foram encaminhadas para alguns centros de pesquisas fora do país e usadas para montar algumas coleções, que posteriormente foram e ainda estão sendo estudadas; as coletadas por Padberg estão no Museu Nacional e as de Walter e Mattos estão na UFMG (PROUS, 2003).

No campo da arte rupestre destaca-se o trabalho que foi feito pelo dentista Josaphat Penna e pelo jovem acadêmico M. Rubinger, que fez diversas análises sobre a pintura rupestre da região de Belo Horizonte, deixando esses estudos em seu caderno de anotações datado de 1956 a 1958, hoje no Museu de História Natural da UFMG (PROUS, 2003).

Em meados da década de 50, o museólogo e arqueólogo W. Hurt, da Universidade de South Dakota, com uma equipe do Museu do Rio de Janeiro fizeram alguns estudos arqueológicos em Lagoa Santa. Apesar de não ter tido resultados que considerassem importantes, em 1969 mandou datar por rádio-carbono ( $^{14}\text{C}$ ) uma

mostra de carvão de fogueiras de Cerca Grande, obtendo datações superiores a 10 mil anos.

A publicação desses resultados aguçara ainda mais a intenção de alguns/as pesquisadores/as em desenvolver trabalhos na região, a exemplo da arqueóloga francesa A. Laming-Emperaire. A partir de 1971 a expedição franco-brasileira começou a fazer inferências para definir sítios para as escavações. Foi então que, em 1975, foi descoberto em Lapa Vermelho de Pedro Leopoldo, o esqueleto mais antigo no continente americano naquele momento: o de uma jovem mulher que ficou mundialmente conhecida como Luzia.



FIGURA 99: Crânio de Luzia em fase de evidênciação (PROUS, 2006).

Com a morte de A. Laming Emperaire em 1977, as pesquisas tiveram uma baixa significativa e a missão franco-brasileira foi temporariamente interrompida. Um dos colaboradores da arqueóloga e também integrante da missão, André Prous, contratado pela UFMG para cuidar do setor de arqueologia da Universidade, passa a assumir a condução das pesquisas na região. Além de dar continuidade a alguns trabalhos, passou a analisar as coleções que haviam sido reunidas por pesquisadores que o antecederam. Parte dos conhecimentos sistematizados foi publicada na revista Arquivos do Museu de História Natural da UFMG. Prous dedicou parte de sua vida às pesquisas arqueológicas em diferentes partes do São Francisco, como ele mesmo comenta:

Nesta região, passei vários anos escavando (1976/79) o cemitério de Santana do Riacho, e levantando a arte rupestre dele e outros sítios próximos (nos anos 80); Santana é um sitio de referência para o Brasil central e para a população de Lagoa Santa, ao qual dedicamos 2 volumes inteiros dos nossos Arquivos do Museu de História Natural da UFMG. No entanto, trabalhei muito menos na Bacia do Rio das Velhas, depois da missão dos anos de 1970, do que em outras partes do Vale do Rio São Francisco. De fato, pesquisamos intensivamente no médio vale

do SF - inicialmente, entre Januária e Montalvânia; atualmente, em Buritizeiro e Jequitai (PROUS, 2007).

Entretanto em virtude das dificuldades encontradas, as pesquisas acadêmicas sistemáticas de Lagoa Santa foram substituídas por intervenções pontuais. Hoje, essa região que reuniu um acervo extraordinário sobre a memória dos antepassados brasileiros, ainda precisa de muito investimento para a continuidade dos estudos, também para conservar as peças levantadas ao longo da história das pesquisas na região do Alto São Francisco e fazer esses saberes chegar às comunidades, às escolas e às universidades.

Um dos colaboradores das pesquisas feitas na região de Lagoa Santa é o bio-antropólogo Walter Neves<sup>33</sup> da Universidade de São Paulo - USP. O mesmo está realizando um programa sistemático de datações de ossos humanos e de grandes animais extintos. No final da década de 80, Walter Neves, junto com o pesquisador argentino Hector Pucciarelli, usando várias medidas de crânios, mostraram que os esqueletos de Lagoa Santa eram bem diferentes de muitos outros encontrados: não pareciam com os crânios dos ancestrais dos indígenas atuais, que possuem traços próximos aos das populações asiáticas modernas – mongolizados, mas com os dos australianos contemporâneos. Já no início do Século XX Paul Rivet, diretor do Museu do Homem de Paris, já tinha notado a semelhança morfológica entre os aborígenes australianos e a população dita “de Lagoa Santa”.

Como podemos observar, as diversas pesquisas feitas na região do Alto São Francisco, particularmente no Vale do Rio das Velhas, produziram importantes informações sobre as populações originárias do Brasil. Nestes espaços, a partir dos vestígios arqueológicos encontrados – de corpos humanos e de animais, material lítico, cerâmico e vegetal, pinturas e gravuras rupestres, entre outros – é possível deduzir interpretações sobre a forma como essas populações interagiam com o “primitivo” ambiente do São Francisco. Os diferentes métodos e técnicas aplicados em salvamentos ao longo de quase dois séculos de pesquisas, nem de longe, esgotaram a potencialidade desses territórios.

---

<sup>33</sup>Professor do Instituto de Biociências da USP, onde dirige o Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos, foi o autor do estudo sobre a idade e a origem de Luzia, um dos mais antigos esqueleto humano das Américas, encontrado em Minas Gerais em 1975.



Figura 100: Pinturas rupestres do Grande Abrigo de Santana do Riacho/MG e da Lapa do Caboclo-Januária/MG(JORGE, 2007; PROUS, 2003).



Figura 101: Material cerâmico (urna Tupiguarini pintada – Margem do Rio das Velhas/MG), gravuras picoteadas-Gruta de Caieiras – Matozinhos/MG (PROUS, 2003).



Figura 102: lâmina de machado-cultura sapucaí - arredores da Lapa do Caetano/MG, crânio de Lagoa Santa/MG, (PROUS, 2003).

Como produtos desse rico universo da pré-história do Alto São Francisco, temos estruturadas algumas coleções com o material levantado, sobretudo, na região de Lagoa Santa: no Museu Nacional da UFRJ, com material coletado nas escavações de 1929, 1937, 1955 e 1971-1976; no Museu de História Natural da UFMG, com material coletado em prospecções e sondagens desde 1976 e decalques de pinturas rupestres realizadas pela Missão Franco-Brasileira a partir de 1973, parte das antigas coleções reunidas por R. Tassini, formadas por instrumentos de pedra e cerâmica; A. Mattos e H. Walter, nestas, incluindo também numerosos esqueletos humanos e artefatos de ossos; no museu particular da Lapinha, com

peças coletadas nos anos 50 e 60 por H. Diniz, algumas encontradas na região e outras compradas e obtidas entre os anos de 1970 e 1990; no Centro de Arqueologia Annette Emperaire, em Lagoa Santa, com peças achadas casualmente na região e doadas pelos descobridores e com cópias de ossos humanos encontrados por Lund, cujos originais encontram-se na Dinamarca; no Museu de Mineralogia da UFOP, com vestígios ósseos humanos de escavações realizadas em 1939; no Museu Mineiro de Belo Horizonte, com uma pequena coleção de pedra polida. As coleções oriundas de escavações atuais estão sendo estudadas em laboratório provisório da USP em Matozinhos (PROUS, 2003).

Alguns esqueletos também se encontram provisoriamente, para estudos, no Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos da USP, sob a responsabilidade do Prof. Walter Neves, a exemplo dos encontrados no cemitério indígena do Buritizeiro-MG, provenientes de um cemitério indígena localizado na Calha do São Francisco, chamado de “Caixa D’água”, em virtude de uma construção feita no referido local.

Outra importante coleção da região do Alto São Francisco foi organizada por Lund e se encontra no Museu Real em Copenhague, na Dinamarca. Trata-se de uma coleção de 12 mil peças ósseas, levantadas nos seus estudos no Vale do Rio das Velhas.

Apesar de, neste texto, ter sido focado mais a região de Lagoa Santa, é importante frisar que toda a região do Alto São Francisco é extremamente rica na ocorrência de sítios arqueológicos, a maior parte deles sem serem estudados, localizando-se em regiões previstas para a construção de “um pacote” de barragens planejadas para o Alto. Podemos aludir, tomando por modelo, aos sítios do Vale do rio Peruaçu e de Montalvânia que apresentam enorme riqueza, tal como uma maior preservação de vestígios orgânicos que a região de Lagoa Santa.



Figura 103: Pintura Rupestre do Peruaçu (MARQUES, 2007) e Itacarambi (ZINCLAR, 2007).

Em algum momento da história esses “pedaços” terão que se encontrar. Ao longo de todo esse tempo foram as iniciativas de pesquisadores/as leigos e profissionalizados, curiosos e aventureiros, que possibilitaram a existência dessas coleções, bastante dispersas hoje. Entretanto, o encontro desse acervo mexe com debates bastante polêmicos, a exemplo do repatriamento, questão pouco discutida nos cenários políticos e acadêmicos. Segundo Prous (2007):

A gente sabe que se devolve agora vai estar desaparecido daqui a dez anos. Se a gente for pensar nas coleções de Paleontologia que Lund reuniu em 1830-40 e que estão hoje na Dinamarca, graças a Deus foram enviadas para lá, se tivessem ficado em Lagoa Santa, onde é que estariam agora? Ninguém sabe, provavelmente estariam destruídas. É uma decisão política em certo sentido pleno. Pois quem é que vai querer assumir essa herança e a preservação em favor da cultura material? A preservação de vestígios do passado é uma escolha, também política.

Quando a memória do povo brasileiro for verdadeiramente prioridade e, caso ainda seja possível levar à frente, de forma continuada e articulada, as pesquisas arqueológicas na Bacia do São Francisco, posto que, os sítios pré-históricos e históricos são cotidianamente destruídos, toda a cultura material levantada no Alto São Francisco ao longo desses dois últimos séculos, servirá de base para o conhecimento dos contextos ecológicos e dos grupos humanos pretéritos e presentes desse enigmático Rio.

## 5.5. CELITO KESTERING: PINTURAS E GRAVURAS RUPESTRES NA REGIÃO DO LAGO DE SOBRADINHO



Figura 104: Celito Kesting - Arqueólogo (MARQUES, 2007).

Em 1977, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, solicita a equipe de Valentin Calderón para fazer um levantamento e salvamento arqueológico na área de inundação da barragem de Sobradinho. Durante os três meses em que trabalharam, eles basicamente salvam artefatos da indústria lítica e cerâmica. Iniciou-se naquele momento, os primeiros contatos arqueológicos com a área.

Somente em 1998, e por um período que durou três anos, a equipe de Celito Kesting volta à região de Sobradinho com o intuito de fazer o levantamento das pinturas e gravuras rupestres que ficavam acima da área de inundação da barragem, num sítio que havia sido mencionado no relatório de Calderón, o São Gonçalo da Serra.

Kesting então constata que não era apenas um sítio, mas 31, com diversidade morfológica e semelhanças cenográficas que se assemelhavam com as gravuras da Serra da Capivara, e em parte com outras gravuras do Médio São Francisco. Em sua dissertação, Celito Kesting discute a possibilidade da região de Sobradinho ter sido área de passagem de diferentes grupos pré-históricos, com diferentes graus de permanência.

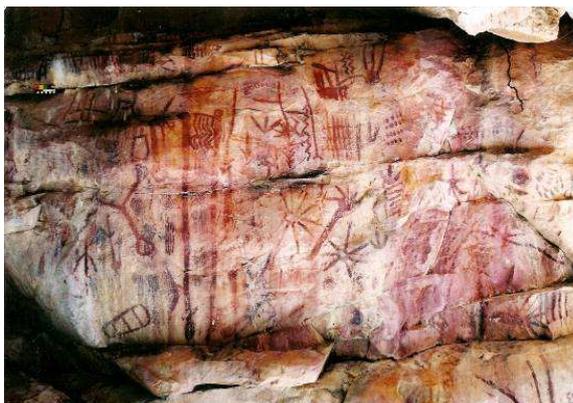


Figura 105: Diversidade morfológica nos paredões (KESTERING, 2007).

Mais tarde, a pesquisadora Daniele Luso identifica outras pinturas no Boqueirão do Brejo de Dentro, também região de Sobradinho, com as mesmas semelhanças de diversidade morfológica de São Gonçalo da Serra, porém com um padrão que as relacionava com outras áreas do São Francisco, e semelhanças cênicas que indicavam que a região deveria ter sido ocupada por muito tempo por um mesmo grupo cultural da pré-história. A doutora Cleonice Vergne, em relatório para SEMARH/CHESF (2007), também identificou algumas pinturas na região, onde hoje está localizada a APA de Sobradinho (ver mapa abaixo).

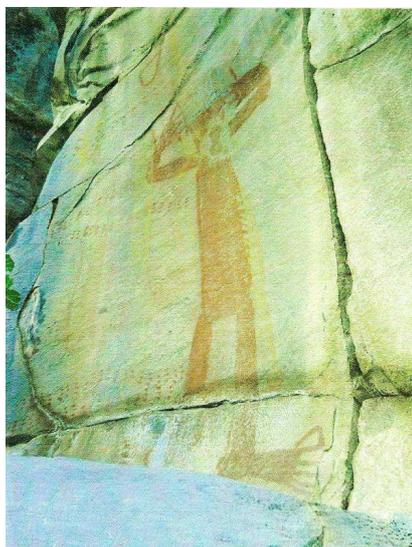


Figura 106: Pintura Rupestre da APA de Sobradinho (VERGNE, 2007).

De posse dessas informações, Kesting e sua equipe decidem ampliar suas pesquisas na região, para onze feições de relevo, tendo como limite oeste a Serra do Boqueirão, e como limite leste, a Serra do Olho D'Água. Neste levantamento foram encontrados 112 sítios arqueológicos com pinturas rupestres.

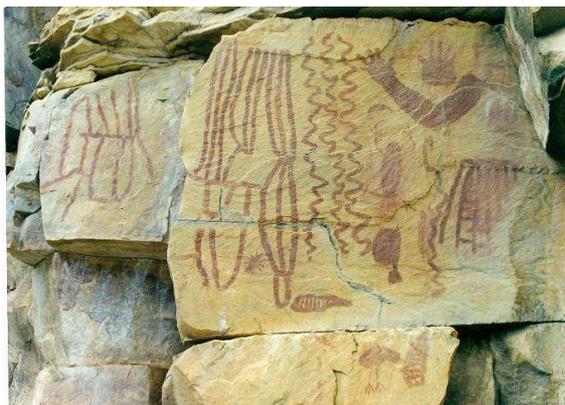


Figura 107: Pedra dos Macacos, Sento Sé-BA (KESTERING, 2007).

Com o intuito de verificar a identidade das populações que as teriam feito, em sua tese de doutoramento, em 2008, Kesting levanta como hipótese a possibilidade destas gravuras terem sido efetuadas por diferentes comunidades ao longo da pré-história, sem descartar a possibilidade de que algum grupo tenha permanecido por um tempo mais dilatado. Ao final de suas pesquisas, o que ficou clarificado é que houve, na verdade, a permanência de grupos por um grande período de tempo, tendo identificado estes como parte de uma sub-tradição, a Sobradinho, com estilos de que datam de antes de 9000 AP; 9000 e 6790 AP; e 6790 AP até a chegada dos colonizadores portugueses (KESTERING, 2007).



Figura 108: Torre do Grafismo, Sobradinho-BA. (KESTERING, 2007).

Sobre a possibilidade de que a Barragem de Sobradinho poderia ter inundado material arqueológico importante para a compreensão da identidade do povo brasileiro, Kesting (2007) esclarece que num período após 6790 AP, as margens e ilhas do leito do rio São Francisco, onde hoje é Sobradinho, puderam ser habitadas por comunidades pré-históricas, e o fato de o salvamento ter sido feito num período muito curto, três meses, impediu que se pudesse compreender

melhor a pré-história da região hoje inundada, com perdas irreversíveis da cultura material. Ademais, o re-alocamento das comunidades ribeirinhas que tinham íntima relação com o Rio São Francisco, causou uma ruptura sem volta, já que elas conheciam todo o seu ciclo de cheias e vazantes, algo que provavelmente fora herdado das populações pré-históricas.

Entretanto, segundo dados do Projeto Sobradinho de Reconhecimento de Impacto Ambiental da CHESF<sup>34</sup>:

Os únicos achados arqueológicos são as belas pinturas e petróglifos encontrados nas cavernas da região: Gruta Tiquara, Sobrado dos Caboclos (Serra do Mulato perto de Juazeiro), Grutas de São Pedro e Pedra Branca (perto de Sento Sé). Estão todas localizadas fora da área a ser inundada, e ainda não são bem conhecidas.

O arqueólogo esclarece ainda, que a comunidade de São Gonçalo da Serra e de Brejo de Dentro tem grande afeição às pinturas rupestres e, chegam a afirmar a partir de sua tradição oral, que a realização do toré era feita dentro do Boqueirão do Riacho do São Gonçalo. As atuais comunidades relatam também a existência de uma crença coletiva de que os “Encantados” ainda vivem dentro dos Boqueirões, e que mesmo mortos, ainda defendem as pinturas que eles fizeram em tempo imemoriais, além disso, inúmeras outras provas de respeito e reverência às pinturas são notadas, como o fato de ainda acenderem velas próximo aos sítios, em intenção a seus ancestrais.



Figura 109: Pedra Gêmea, Sento Sé-BA (KESTERING, 2007).

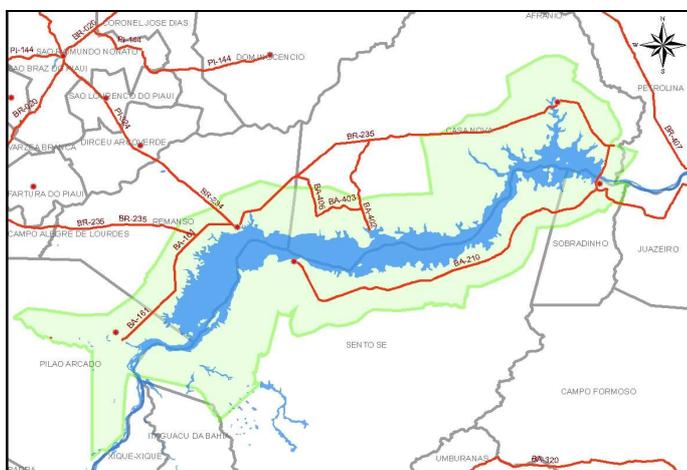
Kesting, durante o trabalho da dissertação para o mestrado, achou na diocese de Juazeiro antigos livros que comprovavam a ocorrência de batismos e casamentos de índios nas Freguesias de Sento Sé e Pilão Arcado, e também constava a ocorrência destes eventos na Missão de San Gonzalo, hoje o povoado de São

---

<sup>34</sup> CHESF. Projeto Sobradinho de Reconhecimento do Impacto Ambiental (1974).

Gonçalo, em Sobradinho. Ele afirma ser possível que estes livros possam dar referências do contato com os povos pré-históricos durante a colonização, embora não seja possível afirmar, ainda, que as pinturas rupestres tenham relação com estes povos.

Discutindo questões relativas ao repatriamento dos objetos arqueológicos, Kesting (2007) defende que o material permaneça na região onde foi produzido. Durante o processo de salvamento de Sobradinho, o arqueólogo entende o fato dos achados terem sido levados para as universidades justificando que, não foi por outro motivo que a falta de um espaço em Sobradinho para colocá-los e estudá-los, entretanto, defende que este material venha a integrar a construção de uma auto-estima coletiva, para as comunidades que hoje vivem na região, já que isto se faz tão importante no futuro de um povo: “não acredito num futuro de um povo que não tenha orgulho do seu passado. As comunidades de Sobradinho têm orgulho de morarem próximo às pinturas, mesmo sem a certeza de sua ligação com os grupos pré-históricos”, nos diz Kesting (2007).



**Figura 110: Área de Proteção Ambiental – APA, da região do Lago de Sobradinho, criada em março de 2006, através do decreto nº 9957, do Estado da Bahia, com o objetivo de proteger atributos bióticos, abióticos, estéticos, sociais e culturais dessa região do São Francisco. Parte significativa das pinturas rupestres identificadas por Celito Kesting, está localizada nessa APA.**

## 5.6. MARIA BELTRÃO: PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NO PROJETO CENTRAL



Figura 111: Maria Beltrão – Arqueóloga (BELTRÃO, 2007).

Um aspecto “central” de Maria Beltrão no campo da arqueologia brasileira foi suscitar a discussão de uma pré-história que retroage no tempo ao período pleistocênico. Foi a partir das escavações de sua equipe, segundo suas publicações, que se achou o “primeiro” sítio arqueológico pertencente a este período na América do Sul, além da descoberta de uma antiga ossada humana no Brasil, comprovadamente com mais de 11 mil anos, quando coordenava pelo país a missão franco-brasileira que trabalhou em Lagoa Santa, Minas Gerais.

Como parte do seu trabalho de interiorização das missões arqueológicas, Beltrão chegou ao município de Central, nas proximidades do Rio São Francisco, no interior da Bahia, e atualmente desenvolve o “Projeto Central”, que está sob sua coordenação.

Embora tendo início em dezembro de 1982, somente no ano seguinte é que o Projeto Central teve sua área demarcada, no total de 270.000km<sup>2</sup>, e que hoje está reduzida a uma área que abrange 100.000km<sup>2</sup>, onde estão contidas a planície calcária e as serras quartzíticas da Chapada Diamantina, no oeste baiano. Foi nesta região que suas pesquisas revelaram sítios arqueológicos que datam desde

o pleistoceno, onde, segundo Beltrão, se trata do sítio arqueológico mais antigo das Américas – Toca da Esperança, com vários conjuntos de pinturas rupestres.

Faço pesquisa na Toca da Esperança, na Bahia, que é o sítio arqueológico mais antigo das três Américas, 300 mil anos no mínimo, datado pelo método absoluto de urânio-tório. Essa pesquisa, que já gerou diversos trabalhos que publiquei com grandes especialistas internacionais, comprovou algumas das minhas teses. (BELTRÃO, in A TARDE, 2007).

Foi também em Central que a arqueóloga identificou uma pintura de um tigre-dente-de-sabre, que viveu entre 1,5 milhões e 11 mil anos atrás, descoberto no cânion da Chapada Diamantina, e que foi pintado por grupos pré-históricos. Sua importância se deve ao fato de que Beltrão associa estes desenhos a achados de ossadas fossilizadas de animais que provavelmente convieram com estes homens/mulheres.

Tenho a certeza de que homem e animal viveram na mesma época não só porque ele, homem, o desenhou, caçou e deixou seus ossos, mas também porque várias datações foram feitas por cientistas do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, com os quais trabalhei durante vários anos como arqueóloga responsável, como por outros laboratórios de reconhecida competência. Não há dúvida: o verdadeiro homem brasileiro data de milhares de anos, doa a quem doer (BELTRÃO, in A TARDE, 2007)

As pesquisas da arqueóloga Maria Beltrão, tanto no Alto São Francisco, na região de Lagoa Santa, quanto no médio, na área do Projeto Central, nos dá um testemunho da importância dessa região, o território da Bacia do São Francisco, para a compreensão da gênese e identidade do povo brasileiro.

Todo este material e suas pesquisas se encontram compondo parte do acervo do Museu Arqueológico de Central, que em parte foi construído com recursos da própria Beltrão, com a ajuda da Prefeitura Municipal. Ainda é importante ressaltar que o Projeto Central tem como atividade adjacente, o sub-projeto "O Sertão Vai Virar Museu", que incentiva a implantação de museus, tendo já obtido êxito com o Museu Arqueológico de Central, o Museu da Terra, no município de Luiz Eduardo Magalhães, na Bahia.

## 5.7. LUYDY FERNANDES: A TRADIÇÃO ARATU NO SÃO FRANCISCO



Figura 112: Luydy Fernandes, arqueólogo (MARQUES, 2007).

A relação de Luydy Fernandes com a arqueologia na Bacia do São Francisco, teve início quando de sua participação como bolsista no Projeto Piragiba, compondo a equipe do Dr. Carlos Etchevarne. Foi assim que em sua graduação em Museologia, focou seu estágio de conclusão de curso no tratamento documental museológico do acervo iconográfico do Projeto Piragiba<sup>35</sup>, e assim sendo, provocado para um projeto de mestrado que trata das questões relacionadas aos sepultamentos em um dos sítios arqueológicos que estudou, a Praça de Piragiba.

Fernandes propôs uma confrontação de dados relativos à tradição Aratu com a bibliografia especializada e suas conexões com o material observado: “partimos para a apresentação do ambiente de inserção do sítio pesquisado, para a descrição dos contextos escavados e, por último, algumas considerações interpretativas” (FERNANDES, 2003).

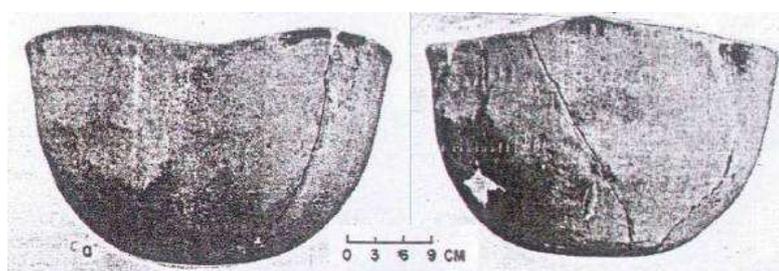


Figura 113: Vasos cerâmico da tradição Aratu. (FERNANDES, 2003).

<sup>35</sup> Piragiba é uma vila do município de Muquém do São Francisco, situada no oeste baiano, distando 775 km de Salvador, e 82 km a oeste do Rio São Francisco. Sua população à época estimava-se em 350 habitantes.

Utilizando Valentin Calderón<sup>36</sup> como o pesquisador chave para nortear sua pesquisa, Luydy Fernandes identificou, através das escavações realizadas no solo da Praça de Piragiba, que os 64 enterramentos registrados revelaram, pelo menos, 120 estruturas sepulcrais, de datação aproximada de 870±50 AP, e estavam intimamente ligados às produções cerâmicas descritas na tradição Aratu, estudada pelo seu arqueólogo de referência, Calderón.

Queremos verificar nas estruturas sepulcrais de Piragiba as práticas de enterramento procuradas por Oliveira e Viana, os dados e informações requeridos por Prous e as informações e dados importantes procurados por Wüst. Como marcos a balizarem nossa progressão, e sobre os quais exatamente nos deteremos, também vamos seguir o que estes e outros autores definem, e o que eles abordam, quando procuram descrever, quer seja uma inumação, ou conjuntos de inumações da tradição ceramista Aratu. Deter-nos-emos, prioritariamente, sobre as suas forma - se cada uma é direta, primária ou secundária; o seu tipo - se eram exclusivamente em urnas ou se existiriam deposições que fogem a essa regra; a disposição - em relação às demais inumações, em relação ao espaço geográfico, em relação aos vestígios da aldeia; os acompanhamentos - intencionais e acidentais; a degradação do contexto enterratório; e as inferências que de todos estes elementos podem advir, quanto à escolha do ambiente da ocupação e à sua população (FERNANDES, 2003).

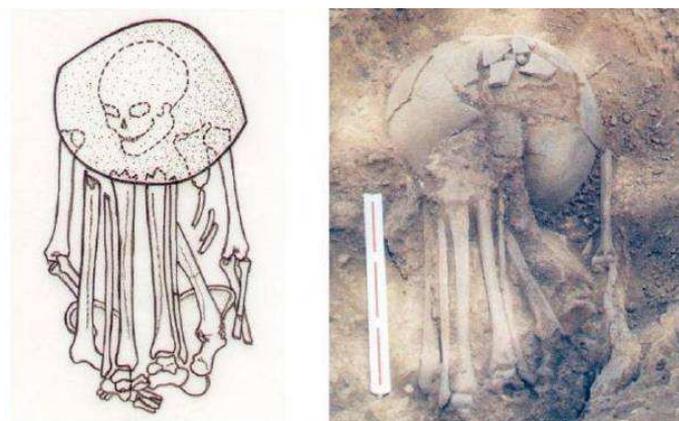


Figura 114: Um dos sepultamentos encontrados no solo da Praça de Piragiba (FERNANDES, 2003).

<sup>36</sup> Calderón foi um pesquisador que sistematizou elementos da Tradição Aratu, identificada pela primeira vez próxima ao Riacho Guipe, na pequena Bahia de Aratu, Recôncavo Baiano. Como elementos diagnósticos dessa tradição destacam-se as urnas funerárias. Estas são em forma de pêra ou jambo, invertido, com um tratamento da superfície externa apenas de alisamento. Uma tampa ou opérculo, formada por um recipiente também alisado, mais ou menos coniforme, fecha a abertura da urna, em uma provável tentativa de proteger o corpo do indivíduo enterrado do contato direto com a terra. Esse equipamento funerário forma um conjunto recorrente em qualquer dos ambientes onde é encontrado. Normalmente são encontradas formando grupos, delimitando o que poderia ser o espaço da aldeia. Em Muquém do São Francisco, oeste da Bahia, em uma área de 100 x 400 m, permitiram a localização de 103 urnas, reunidas em grupos de três ou cinco unidades ou então isoladas. No caso de Piragiba, pode ser constatado que os indivíduos eram enterrados de forma fletida, com os braços colocados entre as pernas. Em alguns casos de adultos, havia, como acompanhamento funerário, rodela de fuso, pequenas tigelas de cerâmica, e pelo menos em um caso um pingente (ou adorno auricular) e em outro uma ponta de projétil óssea. As crianças, por sua vez, eram enterradas, todas elas, com colares de contas de ossos ou dentes de animais. Segundo Calderón (1971), os enterramentos Aratu, podiam conter, ainda, cachimbos, lâminas de machado e, pelo menos no caso do sítio da Viúva, conchas de moluscos. Além das urnas funerárias, outros objetos cerâmicos podem ser encontrados, quando os sítios não estão muito destruídos e parte dos vestígios de habitação está preservada. Dentre os vasilhames de caráter doméstico, para preparação de alimentos, estão as panelas e tigelas de formas simples, semi-esféricas ou acilindradas, de paredes abertas, alisadas e que, como elemento decorativo, possuem uma ondulação pouco pronunciada nas bordas. A morfologia desses recipientes induz alguns arqueólogos a pensar que estes serviriam para o cozimento de tubérculos, possivelmente apim ou batata-doce, e do milho (ETCHEVARNE, 2000).

Sua pesquisa, que se dividiu em quatro etapas, inicia com uma revisão literária das obras tronco da arqueologia que dialogam com a análise das questões concernentes à tradição Aratu, e dando conta também da existência de um real potencial arqueológico na Bahia com a comprovação aproximada de 51 sítios existentes. Na seqüência Fernandes vai caracterizando e se debruçando sobre as possíveis motivações que fizeram com que os “moradores da sociedade nacional” se sedimentassem no local.

Ainda, descreve e analisa “o surgimento de duas novas formas de inumação ainda não registradas para os sítios Aratu no estado da Bahia” (FERNANDES, 3003), a partir de suas observações das estruturas cerâmicas funerárias encontradas, e por fim, tece interpretações a respeito destes enterramentos tendo como fundamento todo o contexto, desde a fabricação das urnas cerâmicas, a tafonomia do sepultamento e a presença de acompanhamentos funerários no bojo das igabaças.

Após o encerramento da composição desta obra, mantemos a firme convicção do indicado logo ao início, na elaboração do projeto de mestrado, quando afirmamos que o sítio Aratu da praça da Vila de Piragiba deve ser entendido como um bem demarcado episódio de ocupação, articulado em um universo de assentamentos inter-relacionados do oeste baiano, refletindo e mantendo um modelo ocupacional abrangente do padrão Aratu. [...] Se, por um lado, com a reunião da informação disponível para a caracterização da tradição Aratu, posta em prática no primeiro capítulo, ficou evidente que realmente há uma unidade, uma comunicação, uma relação entre a cultura material obtida dos sítios, e que os permitiu ser colocados sob a ampla classificação dessa tradição em pauta; por outro lado, essa revisão ressaltou o caráter da variabilidade inter-sítios e da variação derivada do distanciamento temporal e territorial. Abandonar, descartar essas classificações pode ser um passo para o qual ainda não estejamos preparados, mas nos engessarmos com elas irá impedir de reconhecer as mudanças no tempo e no espaço pelas quais as comunidades passaram e que se refletiam na sua manutenção, reprodução e produção material (FERNANDES, 2003).

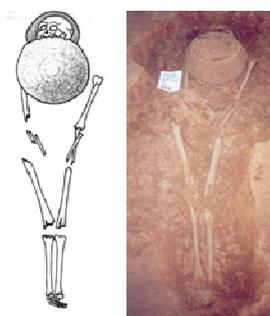


Figura 115: Sepultamento em decúbito dorsal (FERNANDES, 2003).



Figura 116: Ossada como encontrada na urna (FERNANDES, 2003).

Não raro, podemos falar de todo o território da Bacia do São Francisco como sendo um espaço por onde passaram e se estabeleceram diferentes grupos humanos pré-coloniais. As pesquisas arqueológicas dão-nos testemunhos dessas ocupações. Como seriam as relações desses grupos com a morte? Como e onde efetuavam seus enterramentos? As inundações e intervenções feitas na Bacia do São Francisco destruíram, sobretudo, os cemitérios desses grupos pré-históricos.

Neles estava, e está, a “chance” para compreensão de parte importante da dinâmica ambiental, cultural e simbólica desses grupos. São escassos os estudos feitos sobre cemitérios “indígenas” pré-históricos na Bacia supra citada. Podemos citar estudos no Alto São Francisco, sobretudo no sítio Buritizeiro (PROUS, 2007), o Justino e o São José (VERGNE, 2004), e o Piragiba (FERNANDES, 2003). É neste cenário que podemos situar, dentre outros aspectos, a importância da pesquisa feita pelo Dr. Luydy Fernandes.

## 5.8. CARLOS ETCHEVARNE: ARQUEOLOGIA NO SUB-MÉDIO SÃO FRANCISCO - PROJETO ITAPARICA-BAHIA



Figura 117: Professor de arqueologia da Universidade Federal da Bahia-UFBA, que dedicou parte de suas pesquisas à arqueologia da região do Submédio São Francisco (MARQUES, 2007).

Ao contrário de Sobradinho, a região inundada pela barragem de Itaparica, no final da década de 70 e início da década de 80, foi mais bem estudada por alguns/mas pesquisadores/as (ESTEVIÃO, 1937; CALDERÓN, 1977; ETCHEVARNE, 1993; PROUS, 2003; MARTIN, 2005).

A margem esquerda foi pesquisada pela equipe da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, enquanto a margem direita por várias equipes da Bahia, sendo no primeiro momento, pelos integrantes da Associação de Arqueologia e Pré-História da Bahia – AAPHBA, Ivan Dórea e Yara de Athayde, para elaboração e proposição à CHESF do projeto de pesquisa para o salvamento arqueológico da área que seria inundada pela barragem.

Na segunda fase do projeto, primeira atividade de campo, desenvolvida entre os anos de 1984 e 1985, eram responsáveis as arqueólogas: Yara de Athayde - coordenadora, Leila Almeida e Verbena Galvão, ambas da AAPHBA, através de um convênio firmado entre a CHESF e a Associação.

A segunda atividade de campo foi realizada entre 1985 e 1988, através de um convênio firmado entre CHESF e UFBA, atuando como coordenador do projeto de

salvamento o Prof. Pedro Agostinho, e como responsáveis pelos trabalhos de campo, as arqueólogas Leila Almeida e Verbena Galvão, tendo como órgão executor o Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA - MAE, cuja direção, até 1990, estava sob a responsabilidade do Prof. Pedro, quando foi exonerado do cargo por razões políticas.

A arqueóloga Verbena Galvão coordenou as intervenções arqueológicas nos complexos dunares franciscanos de Surubabel, Jacó, Oiteiro do Porto da Missão, Cabeça do Boi e Volta do Rio; nas áreas de várzeas e tabuleiros; no conjunto de sítios Itacoatiara I a XI, formado por sítios abertos e pequenos abrigos com incidência de gravuras rupestres; e nas ilhas do São Francisco: Ilha de Surubabel, Ilha de Itacuruba, Ilha da Viúva, Ilha do Pontal e Ilha da Assunção, que apresentavam sítios lítico-cerâmicos, típicos de assentamentos de agricultores ceramistas (COSTA, 2004).

Entre os pesquisadores dessa equipe estavam o antropólogo e pesquisador dos povos indígenas da Bacia do São Francisco, José Augusto Sampaio Laranjeiras, o Guga, responsável pelo levantamento etno-histórico do povo indígena Tuxá, que foi afetado com a barragem, e o arqueólogo Carlos Etchevarne, ingresso no projeto em 1986, tendo concluído sua dissertação de mestrado com estudos na região sobre os Sítios Dunares: Contribuição à Arqueologia do Submédio São Francisco, em 1991.

Ao cabo de quatro anos (1995), Etchevarne defendeu sua tese no doutorado Quaternaire Geologie Paleontologie Humaine et Pré-Histoire - Muséum National D'histoire Naturelle, IPH-MNHN, França, com a pesquisa *Appropriation des Ressources du Milieu: Les Populations Pré-coloniales Sanfranciscaines, Dan l'Etat de Bahia, Brésil*. Trata-se de duas pesquisas construídas com os conhecimentos levantados na área inundada pela Barragem de Itaparica sobre os povos pré-coloniais da região. Como descreve Etchevarne (1991):

O estudo do material arqueológico e das condições ambientais que levamos à cabo permite iniciar a composição de um quadro das ocupações duneiras e, mais ainda, serve como primeiro passo para tornar compreensível a passagem de alguns povos pelo Vale do São Francisco.

É importante lembrar que anterior a estes fatos, vários pesquisadores baianos e pernambucanos, tais como: Barros (1920), Pinto (1935), Estêvão (1937) e Calomon (1939) haviam feito estudos na Bacia do São Francisco. Carlos Estêvão, ao contrário dos outros pesquisadores, foi o único a ir a campo, produzindo um importante relatório sobre “*O Ossuário da Gruta-do-Padre, em Itaparica e Algumas Notícias Sobre Remanescentes Indígenas do Nordeste*”, em 1937. Em 1955, Pierson desenvolveu um longo estudo sobre as populações ribeirinhas sem, contudo, dar destaque aos povos indígenas. Quem fará posteriormente uma pesquisa sistemática sobre os povos indígenas do São Francisco é Hohenthal, em 1960.

Em 1965, Valentin Calderón, professor da Universidade Federal da Bahia - UFBA, inicia, utilizando o método Ford, as primeiras pesquisas arqueológicas sistemáticas na região do Médio e Sub-Médio São Francisco, nos municípios de Cabrobó, Belém do São Francisco, Petrolina, Boa Vista, em Pernambuco, em Curaçá e Juazeiro na Bahia, entre outros. Em 1967 Calderón deixa as pesquisas nessa região, passando, na década de 70, a supervisionar o Projeto de Salvamento Arqueológico de Sobradinho, coordenado pela Profa. Yara Ataíde (ETCHEVARNE, 1991).

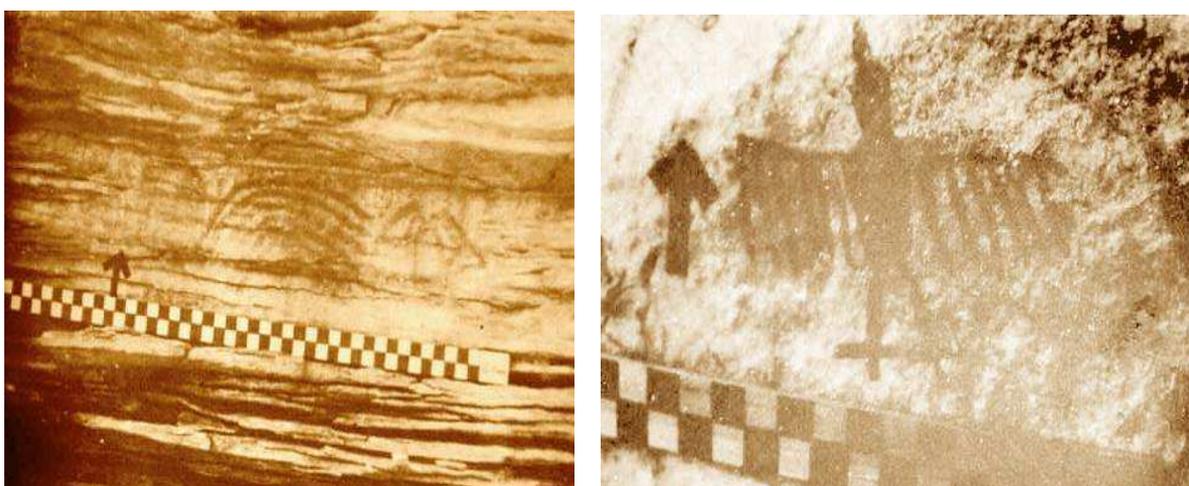


Figura 118: Detalhe de um painel do Sítio do Incaibro, Sento Sé – BA; Detalhe de um painel do Sítio de São Gonçalo, Sento Sé – BA (CALDERÓN, 1977).

### 5.8.1. AS DUNAS DO SÃO FRANCISCO

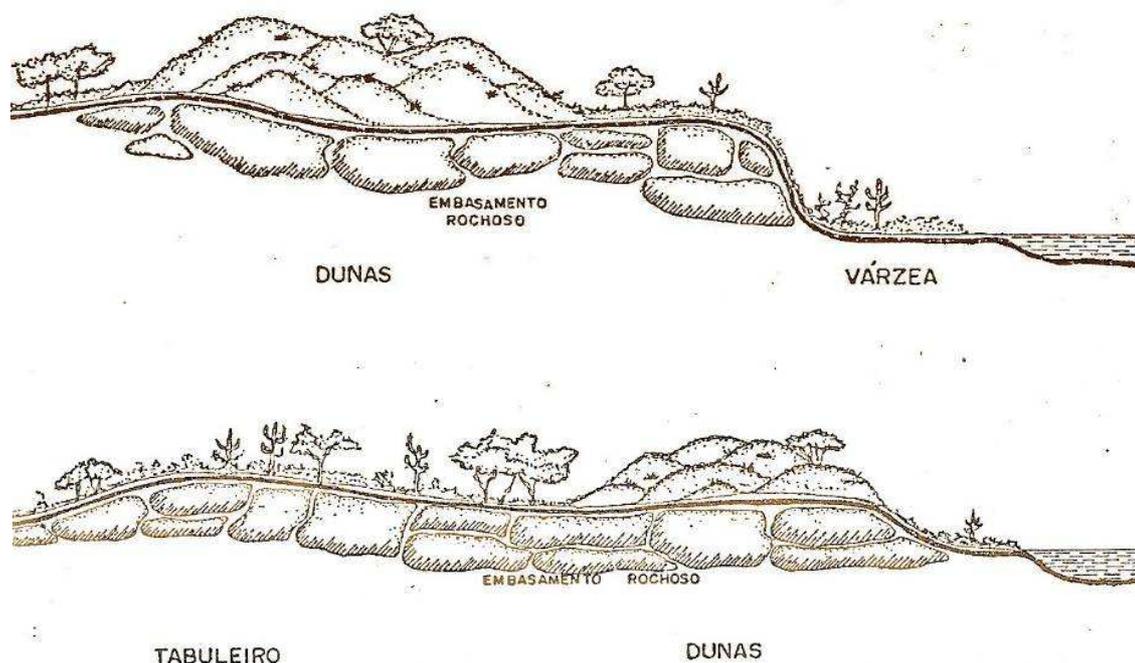


Figura 119: Perfil esquemático das Dunas do São Francisco (ETCHEVARNE, 1991).

Etchevarne (2002) aponta nos seus trabalhos que a dependência vital das populações pelo São Francisco, justifica a elaboração de um sistema simbólico que o coloca como eixo referencial de toda a rede de relacionamentos sociais, espaciais e mítico-religiosos, econômicos e de qualquer outro aspecto de ordem cognitiva, como pode ser observado ainda hoje entre as populações indígenas ribeirinhas.

Assim, a partir dos estudos das complexas relações dos grupos humanos pré-coloniais com as áreas de dunas do São Francisco, foi possível inferir reflexões sobre as atividades desenvolvidas por esses grupos durante sua permanência nas dunas que, ao contrário das várzeas, foram poupadas das várias ações antrópicas e das frentes pecuárias. Nas dunas, os efeitos dos agentes naturais também são menores, daí vem a explicação para serem encontrados vários restos materiais dos grupos originários da Bacia do São Francisco. Segundo Etchevarne (1991):

Os conjuntos dunares foram utilizados eminentemente como espaços habitacionais, com eventual uso ritualístico-funerário, a exemplo de Paraíso. Isso implica no aproveitamento de recursos de subsistência

provenientes de outros espaços, ecologicamente definidos e diferenciados.

As dunas foram locais de ocupação bastante usados por grupos pré-históricos em todo o litoral brasileiro. Entretanto, as primeiras informações que temos sobre ocupações dunares fluviais são do São Francisco, particularmente as informações levantadas pelo Prof. Etchevarne.

### 5.8.2. OS POVOS DAS DUNAS

Tendo publicado sua dissertação de mestrado e tese de doutorado sobre os estudos que realizou nas dunas do São Francisco, Etchevarne (2002) aponta-nos datações de um período que se inicia a partir de 3.200 anos Antes do Presente (AP) e que, ratifica, terminou antes da chegada dos colonizadores europeus.

Entre os pesquisadores que fizeram estudos no São Francisco, questiona o estabelecimento de uma linha direta entre o material arqueológico e os grupos indígenas remanescentes, mas endossa a possibilidade da continuidade histórica desses grupos na Bacia, ponderando que não se pode forçar suas vinculações étnicas e culturais.

É difícil conseguir definir essa ligação entre aquilo que é produzido a 500-600 anos e os grupos contemporâneos. Se a gente conseguir, de fato, ter um material com uma datação que corresponde, que tenha realmente uma seqüência lógica que lhe conduza aos grupos contemporâneos, aí sim você não tem como negar esse direito, mas se não, você não tem essa possibilidade (ETCHEVARNE, 2005).

Em suas publicações (2002), ao descrever o contexto ambiental, aponta que é o conjunto floro-faunístico das margens do São Francisco que proporcionou as melhores condições para a instalação humana naquela região. Usou as variações ambientais da região como unidade de análise de seus trabalhos, descrevendo, pelo menos, quatro alternativas de *habitat* para as populações pré e pós-coloniais: grupos de dunas, os abrigos de pé-de-serra, os tabuleiros e as várzeas.

Os sítios arqueológicos de Surubabel, Itacuruba I, Tapera Velha e Sítio do Guga, sistematicamente estudados por Etchevarne e outros pesquisadores/as, revelaram um conjunto de informações sobre o modo de ocupação humana pré-histórica na

região de Itaparica. Etchevarne descreve alguns sítios como o da Aldeia do Vinho, Sítio Surubabel - Setor Paraíso, entre outros, que revelaram informações sobre as formas de enterramento com acompanhamento funerário.

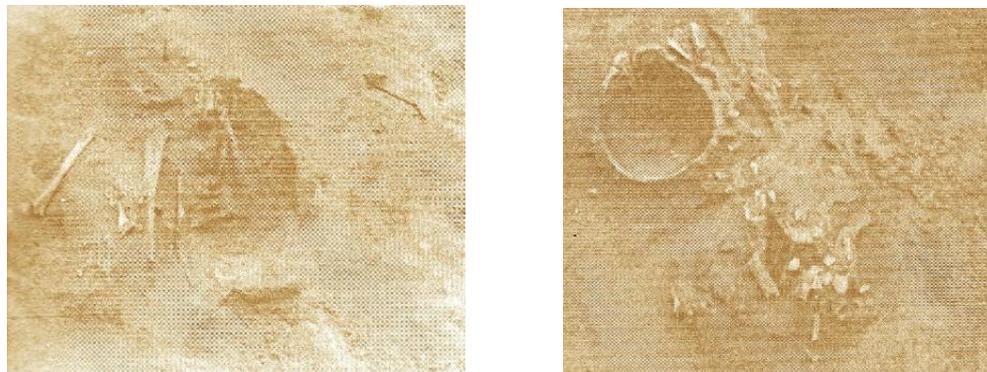


Figura 120: Enterramentos do Sítio Surubabel, Setor Paraíso (ETCHEVARNE, 2002).



Figura 121: Colar com contas de osso, queimadas, encontrada em contexto funerário do sítio-abrigo Gruta-do-Padre, Petrolândia-PE, pesquisado em 1967 (MAE, 2006).

Por se tratar de uma região com grande concentração de vestígios da cultura material dos povos originários do São Francisco, gradativamente, diferentes variantes tem contribuído para o seu desaparecimento. Além da destruição causada pelas inundações das barragens de diversos sítios, concorrem para este feito fatores naturais e antrópicos, associados à absoluta despreocupação com a destruição desses vestígios culturais de populações pretéritas do Brasil, por parte dos poderes público e da sociedade como um todo.

As enxurradas que afetaram e ainda afetam os sítios localizados nas várzeas e tabuleiros, passando pelo uso indevido dos solos para agricultura intensiva e outras intervenções, causaram prejuízos irreparáveis aos vestígios arqueológicos.

Segundo Etchevarne (2002), os abrigos de pé-de-serra analisados, como nos sítios Itacoatiara I e V, demonstraram que as sucessivas ocupações impactaram minimamente os solos e com isso permitiram um melhor grau de conservação dos sítios arqueológicos. A coleta de maior quantidade de vestígios arqueológicos foi realizada nos sítios das áreas dunares e dos pé-de-serra.

É imprescindível registrar que parte significativa desses materiais encontra-se no Museu de Arqueologia e Etnografia da UFBA – MAE; parte em Recife, no Museu do Estado e no acervo da UFPE; parte está nas mãos de colecionadores particulares, a exemplo do Sr. Rosalvo (morador da Nova Rodelas) que tem uma pequena coleção em casa. Parte desse acervo também perdeu-se “no meio do caminho”, como podemos observar a partir da fala da Dra. Gabriela Martín (2006):

O problema desses trabalhos de salvamento é que na maioria dos casos, se faz um salvamento, se faz um trabalho e os materiais nem sempre são numerados e tal. Porém, nós utilizamos eles para as nossas dissertações de mestrado, para os nossos trabalhos de doutorado, para nossas publicações. Na maioria desses trabalhos de salvamento os materiais ficam guardados, quando não são jogados fora, como aconteceu com a Bahia, aí não servem para nada, essa é a verdade. Se você fala com o Carlos Etchevarne, ele não teve nenhuma culpa nisso, mas os materiais de Itaparica da área da Bahia, simplesmente a CHESF jogou fora, porque eles vieram com um caminhão dizendo que não tinham onde colocar. Não jogaram fora porque eu não deixei, porque nesse caminhão estava esse material [referindo-se ao material de Itaparica que está na UFPE] e que se a gente não aceitasse iam jogar fora. Eu disse: mas esse material é da Bahia, tem que levar para o Museu da Bahia. Então eles disseram que o pessoal do museu disse que não tinham onde colocar e não queriam. Então eu fiquei com esse material ocupando salas, sem saber o que fazer com ele um tempão. Muitos anos depois, uma nova diretoria me mandou uma carta meio impertinente, me dizendo que mandasse, devolvesse os materiais e eu disse que mandassem buscar que não era eu que ia levar, porque eles foram subidos em elevador, já pensou?! E não tinham etiquetas. Olha foi um escândalo, essa é a verdade. Mesmo depois vieram e levaram o material, a maioria sem numeração, sem etiqueta... Então tchau! Então isso foi o que aconteceu, entre outras coisas.

Outro dado preocupante é que, apesar de terem participado do processo de salvamento arqueológico, o povo Tuxá de Rodelas não teve acesso ao acervo levantado na região, sendo que, recentemente, têm reivindicado o repatriamento dessas peças. Esse debate tem ressurgido em alguns momentos pontuais após estes vinte anos da inundação de Itaparica, como bem pondera em sua alocação o Prof. Etchevarne (2007):

É um tema que eu acho extremamente importante. Eu já tive pelo menos quatro oportunidades em que a CHESF me convocou, eu também convoquei, para fazer um trabalho com o material do salvamento, tipo memorial ou museu na cidade de Rodelas. Nas quatro oportunidades fiquei apenas com o projeto. Conversaram e desconversaram; chegaram até ir a ao Museu de Arqueologia. Nunca retomaram essa iniciativa. Eu luto para que o material volte para lá, que sejam eles os guardiões desse patrimônio. Para isso deveriam ser criadas as condições de guarda e exposição na cidade de Rodelas.

Segundo o antropólogo José Laranjeiras (2007), havia na época do salvamento um “contrato” para que a CHESF construísse uma unidade museológica no novo assentamento para guardar a memória do povo Tuxá, entretanto, descumpriram esse e muitos outros elementos do acordo com os indígenas. Para ilustrar esse fato, antes da inundação, foram retirados dois blocos de gravuras rupestres e colocados num quintal de uma casa na Nova Rodelas. Vinte anos depois, um desses blocos foi destruído para fazer o alicerce de um muro, conforme podemos ver nas fotos.



Figura 122: Blocos de gravura rupestres destruídos (MARQUES, 2006).



Figura 123: Blocos de gravura rupestres destruídos (MARQUES, 2006).

Comentando seus estudos nos sítios dunares da região de Itaparica, Etchevarne (2002), a partir dos vestígios encontrados nos sítios Porto da Missão, Outeiro, Jacó, Surubabel, Volta do Rio e Cabeça do Boi, afirma que os povos originários, habitantes das dunas, pertenciam aos grupos ceramistas de origem tupi, tendo obtido datações de  $810 \pm 61$  BP (UFC ZF622) no sítio Jacó. Para ele as dunas serviram como local de habitação com eventual utilização para funções ritualísticas de caráter funerário. Esses espaços ofereciam recursos naturais bastante limitados.

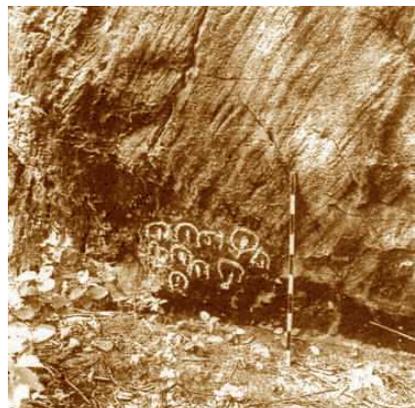
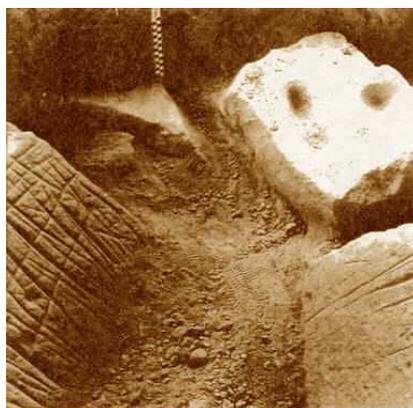
No caso dos sítios de Pé-de-serra, a exemplo de Itacoatiara I, Etchevarne (2002) descreve que houve pelo menos uma seqüência de ocupações com datações a partir de fogueiras, datados de um período que se inicia  $2.290 \pm 170$  BP (UFBA 1529) chegando até  $420 \pm 160$  BP (UFBA 1525). Os fragmentos cerâmicos dessa área foram datados de  $570 \pm 170$  BP (UFBA 1531) e  $420 \pm 160$  BP (UFBA 1525). Esses fragmentos foram decorados com técnica de escovação, também observados em urnas de enterramento – Surubabel, ainda hoje identificadas em regiões de ocupações indígenas em toda a Bacia do São Francisco.

Os abrigos também foram utilizados para as representações rupestres tais como gravuras e pinturas. Os grafismos podem ser associados a outros sítios do Nordeste, sendo que no sítio do Letreiro do Sobrado, na margem pernambucana, também foram encontrados os mesmos tipos de grafismos (ETCHEVARNE, 2002).

Esse dado é um indicativo de que essas populações não estabeleciam como limite dos seus territórios o Rio, ao contrário, por dominarem a tecnologia de canoas, estabeleciam fluxos entre esses espaços, razão pela qual se torna imperioso estabelecer análises entre os conhecimentos produzidos nas duas margens do São Francisco por arqueólogos/as e antropólogos/as, até o presente momento.



**Figura 124:** Sítio Bebedouro das Pedras. Gravuras em laje, encontradas em Rodelas (Tapera) – BA (ETCHEVARNE, 2002).



**Figura 125:** Sítio Itacoatiara I, Rodelas (Serra do Curral) - BA. Gravuras em bloco, encontradas em escavação arqueológica; c) Sítio Pedra da Moeda. Gravuras em parede rochosa, encontradas em Glória (Penedo) – BA (ETCHEVARNE, 2002).

As pesquisas arqueológicas e etnográficas indicam que os tabuleiros foram locais utilizados pelas populações pré-históricas como espaço de caça e coleta de madeira para combustão e estruturas habitacionais e, em locais onde os tabuleiros se aproximavam do rio, serviam para a instalação de moradias, acampamento temporário ou oficinas líticas (ETCHEVARNE, 2002).

As várzeas sanfranciscanas eram locais que ofereciam as melhores condições para a instalação dos grupos humanos originários, sendo ainda locais preferenciais de ocupações dos povos indígenas contemporâneos.

No Sítio do Guga foram encontradas três ocupações diferenciadas datadas de  $3.240 \pm 180$  anos BP (UFBA 1599),  $3.120 \pm 170$  BP (UFBA 1597), e a última, já com datação do século XIX, o que pode indicar que o local foi abandonado e depois re-ocupado (ETCHEVARNE, 2002).

Na região desses estudos, foram encontrados diversos fragmentos arqueológicos, particularmente vestígios líticos e cerâmicos, estes últimos com primeiro registro a partir de  $2.290 \pm 170$  anos BP (UFBA 1529), em sítio sobre abrigo, Itacoatiara I. A partir desses artefatos foi possível inferir que os grupos humanos dessa região eram consumidores de mandioca, raiz de origem amazônica, ou seja, eram horticultores (ETCHEVARNE, 2002).



Figura 126: Panela cerâmica com formato ovóide, com duas asas semicirculares verticais, com decoração escovada no bojo, coletada na antiga Aldeia Tuxá.



Figura 127: Bacia cerâmica usada para preparação de alimentos, com quatro asas horizontais e transversais à borda, coletada na antiga aldeia Tuxá (MAE, 2006).



Figura 129: Panela cerâmica com formato semi-esférico feita por ceramistas do grupo indígena Tuxá, da antiga Aldeia de Rodelas, coletada em 1988.



Figura 130: Jarra de cerâmica coletada por Rosalvo, morador de Rodelas, na região de Surubabel que não foi inundada pela Barragem de Itaparica (MARQUES, 2006).

No campo das indústrias líticas percebe-se certa homogeneidade nas peças. Os “tapetes líticos”, observados em toda a margem do Rio São Francisco, foram a principal fonte de matéria-prima. Ainda hoje é possível encontrarmos grande quantidade de material lítico e cerâmico nas áreas de dunas que não foram

inundadas. Como descreve Rosalvo (2006), morador da Nova Rodelas: “O vento sopra aí, aparece pilão, pedra, osso, vasilha de barro, ainda tem muito!”



Figura 131: Fragmentos de tembetás (adornos labiais), do Sítio Surubabel, Setor Paraíso, Rodelas/BA.

Segundo Etchevarne (2002) entre os usos do material lítico podemos encontrar pilões, pedra de moer, pedra de fogueira, estruturas habitacionais, entre outros. Os afloramentos areníticos foram utilizados para três modalidades de grafismo: o primeiro, de motivos lineares verticais, inclinados e horizontais; o segundo, de figuras circulares e ovoidais de caráter vulvar, acompanhados de pontos côncavos - sítio Pedra da Moeda; e o terceiro, de motivos lineares, combinando figuras retas e curviformes que aludem, em alguns casos, a figuras zoomorfas - Sítio Bebedouro das Pedras.



Figura 132: a). Bloco de rocha arenítica (formação Tacaratu), com concavidades para pilar, encontrado no sítio sob abrigo Itacoatiara I, município de Rodelas, norte da Bahia. Datação relativa, aproximadamente 2.300 anos AP. Apresenta gravuras na parte superior e nas laterais, produzida com a mesma tecnologia que as gravuras das paredes do abrigo: raspagem e picoteamento; b). Furadores confeccionados em sílex e quartzo leitoso, proveniente do sítio arqueológico paraíso, localizado nas dunas de Surubabel, município de Rodelas, datados por associação à fogueiras, em cerca de 810 anos AP (MAE, 2006).



Figura 133: a). Raspadores circulares confeccionados em quartzito, com retoques denticulados, coletados no sítio arqueológico Cabeça do Boi, nas dunas do mesmo nome, município de Glória/Ba; localidade de Itaparica, na margem pernambucana do Rio. b) Lesmas, artefatos plano-convexos, provenientes da Gruta do Padre. Esse tipo de objeto lítico permitiu a Calderón identificar a existência de uma padronização da produção de instrumentos, que denominou tradição Itaparica. A datação, feita pelos estratos em que os objetos se encontravam, é aproximadamente 7.600 anos AP (MAE, 2006).

O “Pesquisador das areias” do Velho Chico, diz que foram encontrados na área inundada pela barragem de Itaparica poucos vestígios ligados à fauna e flora, mas como pode ser deduzido, a partir dos elementos que foram encontrados nos sítios de Cabeça do Boi e Aldeia do Vinho, estes grupos tinham atividades alimentares voltadas para a caça e pesca.

A ruptura desses grupos originários foi estabelecida depois da chegada dos colonizadores europeus, sobretudo no período intensificado de criação de gado, quando parte significativa desses grupos humanos foi “exterminada”. Hoje, um dos grupos que testemunhou, ao longo da história, estes níveis de violência, os Tuxá de Rodelas, é sobrevivente das diferentes e violentas formas de invasão dos territórios tradicionais indígenas, vivenciadas no Brasil até os dias atuais, com novas configurações.